



## **TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO**

# **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS**



**DEZEMBRO DE 2016**

**Rui Costa dos Santos**  
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

**João Felipe Souza Leão**  
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

**Jerônimo Rodrigues**  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

**Benedita Ribeiro dos Santos**  
COORDENADORA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO  
DESCOBRIMENTO

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PLANO TERRITORIAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO  
TERRITÓRIO**

Aldemir Inácio de Azevedo (NEDET)  
Benedita Ribeiro dos Santos (CODETER)  
Levi Sena Cunha (NEDET)  
Lisiane de Almeida (NEDET)  
Júlia Rosa Castro Britto (NEDET)  
Izélia da Silva (NEDET)  
Mauro Lúcio Xavier Costa (CAR)  
João Alves de Sousa Neto (SETAF)  
Márcio Santos Carvalho (Bahiapescas)  
Gildo Silva Souza (CONDESC)  
Rogério Augusto da Silva Pinto (CONDESC)  
Wellington José dos Santos (CONDESC)

**EQUIPE TÉCNICA (NEDET COSTA DO DESCOBRIMENTO)**

Aldemir Inácio de Azevedo  
Izélia da Silva  
Júlia Rosa Castro Britto  
Levi Sena Cunha  
Lisiane de Almeida

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O território.....</b>	<b>07</b>
1 Histórico do Território Costa do Descobrimento.....	07
1.1 Caracterização geral do Território de Identidade Costa do Descobrimento.....	11
1.2 Aspectos Geoambientais.....	13
1.2.1 Vegetação.....	13
1.2.2 Clima.....	13
1.2.3 Hidrografia.....	14
1.2.4 Aspectos Geomorfológicos e Geológicos.....	18
1.3 Aspectos Econômicos.....	18
1.4 Infraestrutura e Turismo.....	20
1.5 Estrutura Fundiária.....	22
1.6 Aspectos Demográficos.....	25
1.7 Cultura.....	26
1.7.1 Povos e Comunidades Tradicionais.....	26
Ciganos.....	26
Pescadores e Marisqueiras.....	26
Indígenas.....	27
1.8 As dimensões do desenvolvimento.....	28
1.8.1 Que desenvolvimento queremos?.....	29
1.8.2 Dimensão socioeconômica.....	30
1.8.3 Dimensão sociocultural e educacional.....	34
1.8.4 Dimensão ambiental.....	38
1.8.5 Dimensão político institucional.....	41
<b>CAPÍTULO 2 – Matriz de planejamento estratégico: ações de desenvolvimento a partir de objetivos, estratégias e metas.....</b>	<b>45</b>
2.1 Introdução.....	45
2.2 Eixos de Desenvolvimento.....	46
2.2.1 Desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioproductiva.....	46
2.2.2 Estrutura fundiária e acesso à terra.....	55
2.2.3 Formação cidadã e organização social.....	57
2.2.4 Infraestrutura e serviços públicos.....	62
<b>CAPÍTULO 3 – Gestão do Desenvolvimento.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>71</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Municípios do Território de Identidade Costa do Descobrimento (ano de emancipação e área - em km²) .....	11
<b>Tabela 2</b> - Valor adicionado do PIB e PIB per capita a preços correntes: Bahia, Território de Identidade Costa do Descobrimento e em cada município no ano de 2012 .....	19
<b>Tabela 3</b> - População por município, segundo a localização do domicílio, em 2010 e estimativa para 2015 .....	25
<b>Tabela 4</b> - Proporção da população indígena em relação aos índices do Estado da Bahia e do Território de Identidade Costa do Descobrimento entre nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	28

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Centro Histórico de Porto Seguro.....	12
<b>Figura 2</b> - Centro Histórico de Porto Seguro.....	12
<b>Figura 3</b> - Rio Jequitinhonha em Itapebi – BA .....	15
<b>Figura 4</b> - Rio Jequitinhonha em Belmonte – BA .....	15
<b>Figura 5</b> - Rio Jequitinhonha em Belmonte – BA.....	17
<b>Figura 6</b> - Aeroporto desativado em Belmonte .....	21

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Povos Indígenas do Território de Identidade Costa do Descobrimento .....	23
<b>Quadro 2</b> – Principais atividades agropecuárias desenvolvidas nos municípios do Território Costa do Descobrimento .....	32
<b>Quadro 3</b> - Desafios e potencialidades na dimensão socioeconômica .....	33
<b>Quadro 4</b> - Desafios e potencialidades na dimensão sociocultural e educacional .....	36
<b>Quadro 5</b> - Desafios e potencialidades na dimensão ambiental .....	39
<b>Quadro 6</b> - Desafios e potencialidades na dimensão político institucional .....	43

## APRESENTAÇÃO

Este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS do Território de Identidade Costa do Descobrimento é resultado de um trabalho coletivo que envolveu representantes do colegiado territorial, lideranças de diversas organizações e membros do poder público na missão de construir um planejamento que expressasse com coerência a realidade da população e das condições ambientais, econômicas, políticas e culturais locais. A proposta metodológica elaborada pela Secretaria de Planejamento - SEPLAN, Coordenação Estadual dos Territórios – CET e Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDETs da Bahia seguiu um roteiro bastante objetivo, dando enfoque aos elementos que são necessários ao desenvolvimento do Território Costa do Descobrimento.

A elaboração deste plano aconteceu no período de julho a dezembro de 2016, em várias etapas e níveis de envolvimento e participação. Conforme negociação com o Estado da Bahia, a coordenação técnica ficou sob responsabilidade do NEDET Costa do Descobrimento/IFBA. Primeiramente foi constituído um grupo ampliado de coordenação composto por representantes do colegiado territorial, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento – CONDESC, do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, da Bahiapescas e da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional – CAR. No dia 11 de julho aconteceu a primeira reunião com este grupo para apresentação da metodologia e planejamento dos primeiros passos. No dia 26 de julho foi realizada a primeira oficina participativa territorial na cidade de Itapebi, durante o dia todo. Nessa ocasião as atividades proporcionaram uma primeira aproximação dos participantes com a proposta de construção do plano de desenvolvimento territorial, discutindo metodologia, etapas e as primeiras ideias sobre desafios e potencialidades para o desenvolvimento do território. A partir de deliberação nesta oficina ficou acertado que até a oficina seguinte seriam realizados encontros municipais abertos para aprofundar as discussões e levantar material da realidade de cada município. Cabe destacar as dificuldades encontradas para a realização desses encontros municipais em função do período eleitoral. Ainda assim, foram realizadas reuniões nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Itabela, Itapebi, Belmonte e Santa Cruz Cabrália. No dia 05 de outubro aconteceu a segunda oficina participativa no município de Porto Seguro, das 09h00min às 17h30min. Foram apresentados e debatidos os materiais produzidos pelo grupo técnico, pela coordenação ampliada e nos momentos coletivos. O evento contou com 80 participantes. A última oficina participativa foi realizada no dia 18 de novembro, na cidade de Eunápolis, no horário das 09h00min às 20h00min. O enfoque desta oficina foi a validação do PTDSS, fazendo uma discussão intensa sobre a matriz de planejamento. É importante destacar que nos ínterims dessas atividades participativas aconteceram muitas reuniões técnicas de avaliação, coordenação e planejamento das ações tanto entre a equipe técnica quanto entre a coordenação ampliada.

Assim, a estrutura do documento está dividida em três partes: o capítulo 1 apresenta um breve histórico do território, seguido da contextualização que traz informações

atualizadas servindo como uma espécie de diagnóstico sucinto. Trata das principais características do território em alguns temas tais como população, economia, cultura, atividades agropecuárias etc. É importante registrar que os dados utilizados foram retirados de fontes secundárias tais como bases oficiais e literatura publicada. Outro item deste capítulo são as dimensões do desenvolvimento, sendo abordadas quatro neste PTDSS: socioeconômica, ambiental, sociocultural educacional e político institucional. Nelas são identificados os principais desafios e potencialidades a partir da realidade territorial. Enfim, este capítulo reúne um conjunto de informações para oferecer um diagnóstico geral do território e com base nele definir o seu planejamento.

O segundo capítulo é a parte central deste PTDSS na qual está contida a matriz de planejamento. Nela encontram-se os objetivos, as estratégias e as metas que orientarão o desenvolvimento pelos próximos 10 anos do Território Costa do Descobrimento. Para uma abordagem mais pedagógica, o planejamento foi dividido em quatro eixos: 1 - desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioproductiva; 2 – estrutura fundiária e acesso a terra; 3 – formação cidadão e organização social; 4 – infraestrutura e serviços públicos.

Por fim, o último capítulo, de maneira breve, indica alguns mecanismos para se realizar a gestão do desenvolvimento. Apesar do seu conteúdo ser sucinto, ele não é menos importante, considerando a relevância de se institucionalizar processos democráticos de acompanhamento da operacionalização deste plano. Em alguma medida os resultados dependem desses instrumentos de monitoramento.

Atualmente a estrutura de gestão e participação social na política territorial no âmbito do Território Costa do Descobrimento é constituída pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER que possui aproximadamente 85 entidades da sociedade civil e do poder público. Existe ainda o Núcleo Diretivo que é eleito a cada dois anos e composto por 10 integrantes e é responsável por coordenar as atividades do território. O núcleo técnico tem a responsabilidade oferecer suporte técnico ao colegiado nos assuntos de interesse do território. Também existe um conjunto de Câmaras Temáticas abrangendo diversas áreas. É importante destacar essas Câmaras Temáticas encontram-se em processo de estruturação. Outro instrumento de gestão é o Regimento Interno que estabelece diretrizes e normas para os processos participação, representação e articulação do território.

A última informação a ser registrada nesta apresentação é que a área geográfica que atualmente compõe do Território Costa do Descobrimento integrava o Território Extremo Sul. Entretanto, no ano de 2011 desencadeou-se um processo de desmembramento, a partir do qual originaram-se os dois territórios que existem na atualidade. Assim, o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – PTDRS que existia na época ficou com o Território Extremo Sul. Dessa forma, esta é a primeira versão de um plano de desenvolvimento do Território do Costa do Descobrimento.

Finalmente, podemos dizer que o Território Costa do Descobrimento possui um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário que foi construído coletivamente e reflete as demandas e prioridades da sua população.

# **CAPÍTULO 1**

## **O TERRITÓRIO**

### **1. Histórico do Território Costa do Descobrimento**

O Território de Identidade Costa do Descobrimento, habitualmente conhecido por ser terra mãe do Brasil, na qual sua belíssima paisagem viu a passar a esquadra de Cabral, quando disse a famosa frase “Terra a vista”, ao enxergar o Monte Pascoal, localizado em Porto Seguro. O local hoje é conhecido como Parque Nacional de Monte Pascoal (DIEZ, 1985, p. 28). Quando os portugueses chegaram aqui não encontraram ruas, estradas, pontes e outras construções humanas, a não ser casas de palha feitas pelos índios, primitivos habitantes desta terra. O desenvolvimento demográfico e socioeconômico mais efetivo, promovido por parte dos colonizadores, aconteceu de forma tardia em relação ao restante da Bahia, pois a região foi considerada como marginal e periférica até meados do século XX. No século XXI começa construir a noção de política territorial<sup>1</sup> no país, resultando na criação do território de identidade costa do Descobrimento.

A partir do início da povoação na metade do século XVI, iniciou-se a exploração do território, descobrindo-se a existência do pau-brasil, essa matéria-prima que passou a ser largamente explorada, atraindo desde comerciantes portugueses a contrabandistas europeus, em especial, os franceses. Várias outras explorações ocorreram, a partir daí, chegando lentamente portugueses com interesses nas novas terras (TAVARES, 2006).

Durante os séculos XVI e XVII, apesar dessas explorações do território terem ocorrido apenas com o intuito de povoar e reconhecer as terras descobertas foram de grande importância para o reconhecimento inicial da geografia, da hidrografia, da fauna, da flora e dos minerais da Bahia, além de ter ajudado bastante na demarcação do território baiano, estabelecendo os limites com seus estados vizinhos

Já no século XVIII a capitania de Porto Seguro começa fazer parte da capitania da Bahia, surgem mais povoados e vilas litorâneas que visavam intensificar a exploração da madeira nativa, sendo construídos galpões para armazenamento e proteger os portugueses dos ataques indígenas e outros povos europeus como Franceses e Holandeses que faziam ocupações constantes (BUENO, 2003).



Já no século XIX foi o período da consolidação do regime democrático e da economia capitalista, na sua fase chamada de "imperialismo". A matéria-prima fluía continuamente para as indústrias europeias, oriunda dos recém-independentes países sul-americanos, das colônias africanas e dos milenares países asiáticos (China, Índia e Japão, entre outros). O Brasil, recém-libertado de Portugal, apresenta um cenário opressor para a maior parte da sua população, ainda mantida sob o jugo da escravidão. As pressões econômicas e políticas inglesas levaram à criação de leis que amenizaram a situação, como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, o que fortaleceu, entre outros fatores, a organização do movimento abolicionista e republicano, responsável pelo fim da servidão e pela Proclamação da República. Na região já acontecia a exploração da madeira e a prática da pecuária, dando início a um período de desenvolvimento socioeconômico e ocupação mais sistematizados.

Na segunda metade do século XX, surgiu um empreendimento decisivo para dinamização da economia local através do governo federal, principalmente na infraestrutura, que foi a implantação, em 1973, da BA-2 (hoje BR 101), que liga a Bahia ao Espírito Santo. Juntamente com essa rodovia surgiram as estradas vicinais, ligando as cidades do sul da Bahia à rodovia principal. “Foi justamente, a partir de um acampamento de trabalhadores iniciado com a construção do Ramal – rodovia atualmente denominada de BR 367 e que liga a localidade a Porto Seguro – e ampliado durante a construção da BR 101 que surgiu o povoado do 64 (referente ao km 64), que mais tarde viria a ser a cidade de Eunápolis” (LACERDA, 2001).

No processo de desenvolvimento do capitalismo global e da divisão internacional do trabalho, o hemisfério sul assume um papel econômico secundário de produção de matéria prima para exportação, aqui denominado de agronegócio. Num movimento de inércia política, desde o século XVI, este setor da economia tem na sua base a produção de monocultura, em grandes latifúndios, voltados para a exportação e sem nenhum respeito ao meio ambiente. Nos séculos XX e XXI conta com o incremento das tecnologias de insumos e maquinários agrícolas e mais recentemente à biotecnologia (CAMPELO, 2015). Essa consideração é importante pois a região em que o Território Costa do Descobrimento se encontra ingressou e faz parte desse contexto da lógica da economia internacional.

As monoculturas de eucalipto instaladas na região provocaram um inchaço urbano com a vinda dos moradores do campo para cidade, além da transformação na estrutura produtiva da região (CAR, 1994). Também houve mudança estrutura fundiária, promovendo-se a concentração de terras em detrimento da existência dos pequenos e médios produtores,

onde se explora a pecuária ou o plantio de eucalipto para celulose. O Município de Eunápolis foi alçado à condição de polo regional deste setor, que estende sua área de influência para outras cidades do Extremo Sul da Bahia (Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz) e do Estado de Minas Gerais (Santo Antônio do Jacinto, Santa Maria do Salto e Salto da Divisa), concentrando grande parte do beneficiamento da madeira e dos serviços comerciais de apoio às atividades agropecuárias.

O turismo também se desenvolve a partir da década de 70, com a consolidação da BR 101 tendo facilitado o acesso dos visitantes nas cidades litorâneas. Mas na década de 90 este setor recebeu importantes investimentos do governo estadual para promover os potenciais da região.

O Brasil no século XXI vem se destacando no cenário internacional pela sua capacidade de promover mudanças fundamentais na vida da sua população de forma pacífica, permanente e com amplo protagonismo do Estado, especialmente no combate à fome, no enfrentamento das situações de risco e na redução das desigualdades sociais. Sendo desafiado a encontrar soluções para antigos problemas que afligem a população, com a implantação de políticas públicas que atendam as necessidades dos municípios, como nos últimos anos foram criados o Programa Fome zero, o apoio a agricultura familiar e as políticas de desenvolvimento territorial rural. A política Territorial<sup>1</sup> surge a partir da perspectiva de realizar as políticas de acordo com as demandas de cada região (PNDRSS, 2014, p. 07). É nesse segundo momento que o processo de construção das políticas públicas, associado à agenda das lutas sociais, ampliou a visibilidade da diversidade de segmentos socioprodutivos da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. Passa-se a dialogar com o conjunto dos indivíduos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo. Como expressão desse processo se dá a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais, por exemplo. A diversidade dos povos e comunidades tradicionais também passa a compor o arcabouço das políticas públicas de desenvolvimento rural, a partir da compreensão de sua lógica coletiva de organização, produção e dinâmica social e de suas referências culturais específicas, que ganham visibilidade a partir do conceito de etnodesenvolvimento (PNDRSS, 2014, p. 08).

---

<sup>1</sup> A configuração dos Territórios de Identidade teve como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia.

A política territorial busca promover a aderência às distintas necessidades territoriais e ampliando, assim, a efetividade das ações governamentais, além de promover o fortalecimento de uma democracia mais participativa.

Em 2001 foi criado o Território de Identidade Extremo Sul composto por 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. Tinha como objetivo associar ao território é o sentimento de ***pertencimento***: os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico, ou seja, há um de pertencerem àquele território. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) foi dividido em dois núcleos, sendo o Núcleo I abrangendo de Vereda a Itamaraju e o Núcleo II compreendendo os municípios de Guaratinga a Belmonte. Na época as decisões levavam em consideração os princípios da política de desenvolvimento territorial, visando adequar o recorte territorial às questões relativas aos aspectos socioeconômicos, culturais e, especialmente, de pertencimento. De acordo com os registros existentes as reuniões eram organizadas por algumas lideranças de movimentos sociais tais como Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e políticos locais. A partir de 2011 estes grupos travaram intensos diálogos referentes ao desmembramento dos dois núcleos, tensionando para que cada um deles se tornasse um território.

Em 2011 começou uma discussão no Governo de Jacques Vagner referente a configuração dos territórios da Bahia. Na época o Secretário de Planejamento Zezéu Ribeiro anunciou que o novo recorte territorial deveria ser validado com a aprovação do Plano Plurianual 2012-2015, na Assembleia Legislativa, que entrara em vigor em janeiro de 2012. Desse modo, no dia 14 de Fevereiro de 2012 o governo do estado da Bahia sancionou a Lei Nº 12.630, tornando assim o território Costa do Descobrimento composto por oito municípios: Guaratinga, Itabela, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Itapebi e Itagimirim. Esse desmembramento aconteceu pelo fato destes municípios se enquadrarem dentro dos critérios estabelecidos pela política territorial, entendendo que a existência de povos indígenas, pescadores, povos tradicionais, agricultores e assentados da reforma agrária, colocava desafios quase intransponíveis devido a extensão territorial que chegava a quase 600km de Mucuri a Belmonte. Assim, em Plenária realizada no dia 04 de

setembro de 2011, na Câmara Municipal de Eunápolis, representantes dos oito municípios do extremo sul baiano que compõem a Costa do Descobrimento elegeram e empossaram o Núcleo Diretivo do Território de Identidade Costa do Descobrimento. O novo território nasceu com o propósito de promover integração de políticas públicas com participação social e a cooperação no enfoque territorial e conquistando novos aliados, sejam eles governamentais ou da sociedade civil.

## 1.1 Caracterização geral do Território de Identidade Costa do Descobrimento

“Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chá e muito cheia de grandes arvoredos, de ponta a ponta, pe tudo praia, palma, muito chá e muito formosa.”

Pero Vaz de Caminha

O Território de Identidade Costa do Descobrimento faz parte do quadro dos 27 territórios que compõem o estado da Bahia. Possuindo uma extensão de 12.113 quilômetros quadrados, o que corresponde a 2,2% do território baiano, fazem parte desse território oito municípios: Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Guaratinga e Itabela (SEI, 2015).

Conforme a Tabela 1 abaixo, observamos o ano de emancipação e a área dos municípios que compõe o Território de Identidade Costa do Descobrimento.

**Tabela 1** – *Municípios do Território de Identidade Costa do Descobrimento (ano de emancipação e área - em km<sup>2</sup>)*

Município	Ano de emancipação política	Área (Km <sup>2</sup> )
Belmonte	1764	1.961,2
Eunápolis	1988	1.179,1
Guaratinga	1961	2.325,4
Itabela	1989	850,7
Itagimirim	1962	839,1
Itapebi	1958	1.005,4
Porto Seguro	1534	2.408,5
Santa Cruz Cabrália	1832	1.562,7

Município	Ano de emancipação política	Área (Km <sup>2</sup> )
<b>Total</b>	----	<b>12.132.1</b>

Fonte: SEI, 2014

O Território de Identidade Costa do Descobrimento constitui-se como um jovem, com apenas 3 anos de criação. Seus municípios possuem demarcação de área, emancipadas em várias temporalidades que nos remete desde o período de início da colonização portuguesa na América até o final do século XX, como nos mostra a tabela acima, essa configuração possibilita uma diversidade arquitetônica em algumas de suas cidades dando uma tonalidade de importância histórica ao turismo.

Nas fotografias abaixo podemos observar “o traçado das ruas e largos, os monumentos arquitetônicos e o casario harmonioso relembra a presença da Igreja e da Coroa Portuguesa... casas de pescadores compõe um mosaico de cores vibrantes e são ocupadas hoje por lojas de artesanato, pousadas, bares e restaurantes” (IPHAN, 2015).



**Figura 1** - Centro Histórico de Porto Seguro  
Fonte: Equipe Técnica - trabalho de campo em 13/11/2015



**Figura 2** - Centro Histórico de Porto Seguro  
Fonte: Equipe técnica - trabalho de campo em 26/07/2016

As Figuras 1 e 2 acima apresentam o Centro Histórico do município de Porto Seguro em sua conservação desde a sua criação no período do ano de 1534. Ainda hoje podemos observar nas imagens marcas da ocupação européia no Brasil, localizados na área de entorno das reservas, constitui as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa. Além das cidades de Porto Seguro, Vale Verde, Arraia D’Ajuda, Coroa Vermelha, Caraíva, Trancoso (1586) e Santa Cruz Cabralia, são encontrados inúmeros sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. (IPHAN, 2015)

Os estudos do Bahia Arqueológica, constatou 51 sítios arqueológicos em Porto Seguro, Itapebi e Santa Cruz Cabralia, cujos utensílios remetem a sambaquis, estruturas

construtivas e cerâmicas oriundos de períodos pré e pós-colonização. Em Itapebi, foi identificada uma unidade espeleológica na localidade Fazenda Terezinha, denominada Toca do Cacau Grande.

## **1.2 Aspectos Geoambientais**

### **1.2.1 Vegetação**

O território possui uma grande diversidade ambiental, onde ocorre o predomínio do bioma da Mata Atlântica, dialogando com ecossistemas costeiros como manguezais, restingas, lagunas e praias (SDR, 2010). Segundo o relatório de Qualidade Ambiental apresentado no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Bahia, volume 1, as “formações de florestas primárias e variabilidade dos ecossistemas (manguezais, mussunungas, restingas, banhados e sistemas de relevo) têm grande destaque na região de Porto Seguro a Belmonte.” (ZEE, 2013, p. 64).

Há uma predominância da Floresta Ombrófila e Vegetação Secundária no Território de Identidade Costa do Descobrimento tendo suas áreas com maiores índices de preservação nos municípios litorâneos e no município de Eunápolis. A região possui uma área antropizada, com usos diversificados, intercalada com a produção de cacau na mata cabrucada (agrofloresta), pastagens, plantio de café, fruticultura, cana-de-açúcar e a monocultura de eucalipto (SEI, 2015 p. 235).

### **1.2.2 Clima**

Na Costa do Descobrimento são encontradas três variações climáticas. Nos municípios de Belmonte, Eunápolis Guaratinga e Itabela há predominância dos climas úmido e subúmido, caracterizado por médias superiores aos 18° C nos meses mais frios, apresentando uma estação de seca compensada pelos totais elevados de precipitação obtendo uma boa distribuição durante outros meses do ano. (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 11).

O clima subúmido a seco especifica-se nos municípios Itagimirim e Itapebi. Esse clima é caracterizado por apresentar temperaturas médias de 18,8°C a 25,4°C, precipitações anuais que variam de 800mm a 1.100mm, uma deficiência hídrica de 29mm a 547mm. Esses

municípios podem apresentar ainda um excedente Hídrico que varia de 0 a 237mm. (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 11).

A terceira variação climática, o úmido, concentra-se nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, caracterizando-se pelas altas temperaturas, em torno dos 25°C, e elevados índices pluviométricos que vão dos 1.250mm a 2.000mm. Esse clima apresenta-se no litoral oriental e sul do Brasil (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 11).

### **1.2.3 Hidrografia**

Numeroso na quantidade de mananciais, o território dispõe de uma grande quantidade de rios que se distribuem nas Bacias do Jequitinhonha, Bacia do Rio Pardo e Bacias do Extremo Sul, essa última, por sua vez abarca as sub-bacias dos Frades, Buranhém e Santo Antônio que participam da Costa do Descobrimento. Desses rios destacam-se: o Jequitinhonha, Buranhém, João de Tiba, Frades, Santo Antonio e Caraíva (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 16).

A bacia hidrográfica do rio Pardo possui uma área com cerca de 32.334 km<sup>2</sup> e em toda a sua extensão ele abrange aproximadamente 30 municípios, são em média 260 mil pessoas dependendo de suas águas desde Minas Gerais até a Bahia. As áreas as quais a bacia atinge, em grande parte são utilizadas para a pecuária, agricultura, extrativismo vegetal, mineração e pequenas atividades industriais. Os rios pertencentes à bacia são usados para irrigação, abastecimento público, lazer, turismo, navegação e pesca artesanal. Sua passagem pelo Território de Identidade Costa do Descobrimento se dá de forma tímida, onde um de seus afluentes, o rio Braço do Sul, nasce no município de Belmonte (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 16).

No rio mais expressivo, o Jequitinhonha, encontra-se o lago da usina hidrelétrica de Itapebi e seu agente de geração é a Itapebi Geração de Energia S/A, localizado entre os municípios de Itapebi e Itagimirim.

Os municípios do território vem enfrentando problemas com os recursos hídricos, passando por longos períodos de estiagem em toda a região. Em relação a situação dos rios, conforme o autor Marcelo Dantas nos apresenta uma realidade possível em dois municípios que são:

graus de vulnerabilidade à erosão hídrica dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, face aos processos de degradação dos terrenos, causados, principalmente, pelo desmatamento e uso intensivo por pastagem. (DANTAS, 2000).

É possível perceber que a situação avaliada pelo autor, é muito preocupante, e aponta alguns problemas além do desmatamento, no decorrer das décadas e ainda presente nos anos 2015 e 2016, onde diversas matérias foram publicadas na internet sobre as queimadas criminosas, esses incêndios afetam também aos animais e o solo da região.

Além do que já foi identificado pelo autor, os rios estão secando, por outros fatores, que geraram problemas para as comunidades que moram no entorno dos rios e vivem dos mesmos, bem como a formação de bancos de areia, que dificultam a pesca e o cultivo dos agricultores.



**Figura 3** - Rio Jequitinhonha em Itapebi – BA

Fonte: Equipe Técnica – trabalho de campo em 26/07/2016



**Figura 4** - Rio Jequitinhonha em Belmonte – BA

Fonte: Equipe Técnica – trabalho de campo em 31/07/2016

Analisando as Figuras 03 e 04 acima, podemos perceber que essa situação está agravante no Rio Jequitinhonha, um dos principais rios da região, que nasce do oeste no



estado de Minas Gerais e desce em direção ao mar no Extremo Sul da Bahia, conforme o estudo do CONDESC que trata sobre:

A Bacia do Jequitinhonha compreende uma área de 70.315 km<sup>2</sup>, sendo que 66.319 km<sup>2</sup> situam-se em Minas Gerais, enquanto 3.996 km<sup>2</sup> pertencem à Bahia, representando 11,3% da área do estado mineiro e apenas 0,8% do baiano. A área compreende seis mesorregiões, subdivididas em onze microrregiões. No Vale do Jequitinhonha, está uma população 977,8 mil pessoas, de acordo com o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CONDESC, FLORAM, 2016, p. 16).

Ao longo da trajetória do rio diversos problemas de saneamento ambiental podem ser identificados, tais como desmatamento, queimadas, a construção da barragem na década de 90, condições climáticas modificadas ao longo do tempo, além da diminuição do volume água e assoreamento de alguns dos seus afluentes.

Nas memórias e conversas com moradores, marisqueiras e pescadores da região, identificamos uma denúncia “de que o rio está secando, devido a represa da barragem ele perdeu sua força, gerando grandes praias ou bancos de areias”. Podemos identificar nessa fala os problemas citados pela população ribeirinha nas fotografias do rio Jequitinhonha, acima, pois essa situação é visível na fotografia 03, representando a situação no município de Itapebi, e na fotografia 04 o rio no município de Belmonte, apresentando grandes extensões de bancos de areia. Durante boa parte do dia o volume de água presente no rio é alimentada pela água do mar conforme a maré, ou quando as comportas da barragem são abertas, liberando uma maior quantidade de água antes represada. Embora a barragem construída na década de 90 tenha uma licença ambiental para operação, é preciso que novos estudos sejam realizados na atualidade para buscar alternativas para minimizar os problemas identificados acima.

Até meados do Século XX, canoas foram utilizadas como meio de transporte fundamental para o deslocamento entre as localidades ribeirinhas mineiras e da Bahia, como cita Ferreira:

Recorro à imagem do rio Jequitinhonha, que tem na sua foz a cidade de Belmonte, ponto de convergência de grandes e médias canoas que ali aportavam procedentes das cabeceiras do rio, trazendo especialmente da região mineiro o misto carregamento de toucinho, requeijão, couros e peles, pequenos animais de corte e cria, etc. Do porto belmontense retornavam com a carga de açúcar, sal, querosene, fósforos, sabão, farinha de trigo, ferramentas, tecidas e outros produtos destinados ao comércio e consumo do rio acima. (FERREIRA, 1988, p.40)

Atualmente, por conta da questão do aumento do número de bancos de areia, o assoreamento e a construção da barragem, além de outros fatores como a inovação tecnológica quanto as possibilidades de transporte, a construção e o melhoramento de estradas as canoas foram perdendo sua importância como meio de transporte. Em outros momentos as mesmas desempenharam um papel fundamental no escoamento da produção agrícola e transporte de pessoas. Na Figura 5, abaixo, ainda é possível observar as canoas atracadas nas margens do rio Jequitinhonha, que embora tenham sido substituídas, ainda servem como meio de cruzamento entre as margens e continuam atendendo a atividade pesqueira da região. Essas cenas não são tão comuns assim no cotidiano ribeirinho atualmente.



Figura 5 - Rio Jequitinhonha em Belmonte – BA  
Fonte: Equipe Técnica – trabalho de campo em 26/07/2016.

Os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália abrangem o baixo-médio curso das bacias dos rios Caraíva, dos Frades, Buranhém e João de Tiba. Os vales desses rios são muito largos, com talvegues planos, alinhados e profundos, indicando adaptação a estruturas de "grabens" e fraturas de origem neotectônica (SAADI, 1998).

A Sub-bacia do rio Buranhém é também considerada de importância considerável para o território de identidade Costa do Descobrimento. Ele tem sua nascente no estado de Minas Gerais, na serra dos Aimorés, em Santo Antonio do Jacinto, vindo a desembocar no município de Porto Seguro, na Bahia, chegando a abranger em seu percurso 148 Km, sendo 128 Km só no estado da Bahia. O Buranhém ou rio do Peixe, como também é conhecido, é responsável por abastecer os municípios de Guaratinga, Eunápolis e Porto Seguro, onde boa parte da população dos três municípios depende de suas águas para sobrevivência (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 20).

Possuindo manguezais, além de ser berçário de peixes e crustáceos, fonte de renda e alimentação para pescadores e população em geral, possibilidade de transporte, potencial turístico e de captação de água pela EMBASA, o Buranhém vem sofrendo impactos negativos por conta da ação antrópica. A construção desordenada em suas margens, a destruição das matas ciliares, degradação de sua foz, o lançamento de dejetos domésticos, industriais e agroindustriais tem elevado os seus problemas ambientais (PMMA – Porto Seguro. 2014, p. 76).

#### **1.2.4 Aspectos Geomorfológicos e Geológicos**

A região geomorfológica do Território de Identidade da Costa do Descobrimento é composta por tabuleiros costeiros da formação de barreiras Terciárias e por ocorrência secundária de depósitos Quaternários. A evolução de tais formações na região sofreu com a interação entre a litosfera e as mudanças globais climáticas e no nível do mar. Os tabuleiros costeiros são sustentados pelos depósitos areno-argilosos da Formação de Barreiras, se alinhando rente a costa (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 34).

A Formação de Barreiras no território apresenta o relevo extremamente plano e encontra sua maior expressividade na costa leste-nordeste do Brasil. A passagem dessa Formação para o ambiente marinho se expressa em forma de falésias ao longo da costa. Em sua maioria, as falésias da região sofreram com o processo de erosão ao longo do tempo, dentre essas, as que apresentam melhores condições, em termos de preservação, encontram-se ao sul da Ponta do Corumbau. Por conta de seus valores históricos, culturais e cênicos a paisagem tem participação marcante para a construção da memória nacional (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 34).

### **1.3 Aspectos econômicos**

Os municípios do Território de Identidade Costa do Descobrimento tiveram seu crescimento em torno do comércio, da pesca, do turismo, comércio, indústria, serviços agropecuária, artesanato e construções de embarcações agropecuária, apresentando como característica em todos, a presença da agricultura familiar como base do desenvolvimento. É

possível perceber uma projeção de crescimento econômico nos municípios do território, bem como o aumento populacional com a presença do crescimento do mercado do turismo, principalmente nas cidades turísticas do litoral de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. É possível afirmar que nos anos de 1990 o crescimento populacional foi impulsionado pelo processo de instalação da indústria de celulose, o que gerou o fluxo migratório de mão de obra para algumas cidades da região, tendo como consequência, posteriormente, os impactos com o processo de substituição da colheita manual do eucalipto para o processo de forma mecanizada, os trabalhadores que foram substituídos se mantiveram na região gerando um inchaço nos municípios circunvizinhos ao polo de celulose, promovendo um acirramento nas questões sociais.

As principais atividades agropecuárias envolvem a bovinocultura, heveicultura, silvicultura e o cultivo de mamão, de acordo com dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. Com relação às atividades pesqueiras, foi registrada a presença de três colônias e uma associação de pescadores artesanais, distribuídas por dois municípios. Na Costa do Descobrimento o rebanho bovino totalizavam 546,6 mil animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Eunápolis e Guaratinga, com cerca de 41% do rebanho total do território (SDR, 2015, p. 5).

**Tabela 2** - Valor adicionado do PIB e PIB per capita a preços correntes: Bahia, Território de Identidade Costa do Descobrimento e em cada município no ano de 2012

Valor adicionado (em milhões de R\$)					
Região geográfica	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB em Milhões	PIB per capita (R\$1,00)
<b>Bahia</b>	10.661.087	37.004.041	97.567.399	167.727.375	11.832,33
<b>TI Costa do Descobrimento</b>	489.014	699.477	2.198.658	3.736.484	10.645,22
<b>Belmonte</b>	93.184	15.351	111.795	228.077	10.335,66
<b>Eunápolis</b>	73.421	356.662	856.173	1.495.706	14.574,05
<b>Guaratinga</b>	43.355	12.300	81.139	140.687	6.441,72
<b>Itabela</b>	74.869	27.448	145.638	262.832	9.129,27
<b>Itagimirim</b>	21.329	4.811	32.649	61.139	8.717,98

<b>Itapebi</b>	14.357	115.729	44.907	177.708	17.090,62
<b>Porto Seguro</b>	100.786	142.755	796.593	1.137.329	8.639,56
<b>Santa Cruz Cabrália</b>	67.713	24.422	129.764	233.006	8.752,04

Fontes: SEI (2014b); IBGE (2014).

A partir da análise da tabela 2 é possível identificar no Território de Identidade Costa do Descobrimento que o setor de comércio e serviços é responsável pelas porcentagens de 64,9% do valor agregado bruto (VAB), em seguida vem a indústria com 20,7% e a agropecuária com 14,4%. Em 2012 o produto interno bruto (PIB) do território foi de 3,7 bilhões de reais, representando 2,2% do PIB do estado. Em relação à rede de comércio e serviços destacam-se Eunápolis e Porto Seguro, com maior peso VAB, sendo 66,6% e 76,6% do VAB respectivamente. Esses dois municípios também possuem as maiores frações no PIB territorial, com cerca de 40,0% para Eunápolis e 30,4% para Porto Seguro. Em relação ao setor de indústria de transformação manufatureira e da construção civil, Eunápolis e Porto Seguro lideram, em quantidade de empresas desenvolvendo os serviços em relação aos outros municípios do mesmo território. Setor da agropecuária o município de Belmonte possui maior participação no VAB, em torno de 42,3% (SEI, 2015, p. 241).

A economia da região tem maior expressividade na pecuária, pesca, agricultura familiar, artesanato, turismo. Segundo o levantamento da SEI para o setor agropecuário, o território apresentou lavouras permanentes predominantes em relação ao estado como mamão (38,6%), urucum (21,1%), pimenta-do-reino (16,0%), coco-da-baía (7,0%), cacau (5,9%) e café (5,2%). Como lavouras temporárias destacaram-se as lavouras de cana-de-açúcar e abacaxi. Quanto à pecuária, os principais rebanhos e com as respectivas participações no estado são do criatório de bubalinos (20,0%) e bovinos (5,2%), muares (1,8%) e equinos (1,4%) (SEI, 2015, p. 242).

#### **1.4 Infraestrutura e Turismo**

Em relação a infraestrutura o Território de Identidade Costa do Descobrimento dispõe de uma significativa rede de serviços oferecidos nas áreas de saúde, educação, transporte e turismo, tendo como seus principais polos, Eunápolis e Porto Seguro. O

desenvolvimento do território tem forte ligação com o processo de ocupação da região, que se intensificou na segunda metade do século XX.

O processo de ocupação nos municípios, o aumento populacional e as necessidades humanas vem gerando os impactos ambientais que interferem diretamente na natureza. Desta forma, os municípios já estão sofrendo os impactos, poucas são as alternativas para mudar essa realidade e temos um grande problema para as gerações futuras.

A autora Edenice Fontes, faz uma reflexão sobre o processo de ocupação, e nos apresenta a BR101 como mola propulsora na década 70, gerando o surgimento de novas atividades econômicas, bem como problemas ambientais.

“Os municípios da zona litorânea têm a história mais antiga de ocupação e povoamento. É uma região onde a beleza natural e as marcas do passado colonial impulsionaram suas cidades para o desenvolvimento de atividades turísticas, que cresceram com a melhoria do sistema viário regional ocorrida com a implantação da BR 101” (FONTES, 2005, p. 5360).

Na atualidade a BR 101, a BR 367 e a BA 001 constituem as principais rodagens de asfalto que cumprem o papel de ligação da Costa do Descobrimento com outros territórios e estados. Para além das estradas de rodagem citadas anteriormente outras estradas de asfalto e de chão de menor importância também compõem o cenário local. Segundo o relatório da SEI de 2015, existe uma forte ligação entre o crescimento econômico com a construção da BR 101 e a devastação da Mata Atlântica.



**Figura 6** - Aeroporto desativado em Belmonte  
Fonte: Equipe Técnica – trabalho de campo no dia 31/07/2016.

O ramo turístico da região é considerado um dos mais promissores da Bahia, sendo o segundo território baiano mais visitado. O território é contemplado com um aeroporto

no município de Porto Seguro. A região possui a mais extensa rede hoteleira do estado, com capacidade de atender cerca de 200 mil visitantes por ano, e é o maior em fluxo de pessoas do interior do Nordeste. No município de Belmonte, conforme Figura 6 acima, o aeroporto que encontra-se desativado, mas, que em outros tempos, foi muito importante como afirma o autor, “no ano de 1955, primeiro meio de transporte por via aérea, pois, havia voos regulares de uma vez por semana e/ou por mês que transportavam os grandes cacauicultores da região para outros estados e para Salvador” (NASCIMENTO, 2011 pág. 14).

Existe um rico arcabouço cultural no Território Costa do Descobrimento como artesanato indígena e tradições como o reisado, os bailes pastoris, a puxada do mastro, os mandus, samba de roda, boi duro e a capoeira. Entre o acervo de atrações turísticas a região abriga ainda um conjunto arquitetônico histórico e ambiental como praias, falésias, manguezais, rios, remanescente de Mata Atlântica, três parques nacionais e um municipal (Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal (1961); Parque Nacional do Descobrimento (1999/2012); o Parque Nacional do Pau Brasil (1999/2010); Parque Municipal Marinho do Recife de Fora (1997), áreas de proteção ambiental, (APA de Caraíva/Trancoso (1993) Porto Seguro; APA de Santo Antônio (1994) em Belmonte e Santa Cruz Cabralia; APA da Coroa Vermelha (1993) em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia; APA da Pedra do Oratório (2009) em Guaratinga; Reserva Biológica Marinha de Abrolhos; Reservas Indígenas (Reserva da Jaqueira em Porto Seguro).

### **1.5 Estrutura fundiária**

Para além do potencial agropecuário citado anteriormente, a Costa do Descobrimento desponta como importante polo silvícola, através do plantio do eucalipto para a produção de celulose. Com uma sede implantada desde 1991 no município de Eunápolis, a Veracel Celulose S/A é responsável pelo “Licor Negro” fonte de geração térmica (SEI, 2013). Quanto a questão do uso da terra, o plantio de eucalipto, segundo o cadastro do INCRA de 2003, ocupa uma área de 147.896 hectares registrados, distribuídas nos oito municípios do território. Tamaña concentração de terras em torno do cultivo de eucalipto tem ocasionado o desemprego no campo; aumento excessivo do valor da terra dificultando o acesso a ela; êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço das zonas urbanas; diminuição da produção de

alimentos no território; conflitos entre a empresa, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais de ordem campesina (MALINA, 2013).

No território existem 17 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, sendo que a maior parte está localizada em Santa Cruz Cabralia, totalizando área de 20.754 ha e podendo atender a 1.165 famílias. Em relação aos projetos de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, existem duas associações beneficiadas, em Guaratinga e Itabela, perfazendo uma área de 571 ha, com 64 famílias (SEI, 2014).

O Território de Identidade Costa do Descobrimento tem 2,7 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, de acordo com levantamento do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Desse total, os maiores números localizam-se em Guaratinga (1,6 mil), seguido de Belmonte (703) e Santa Cruz Cabralia (631). Os municípios com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território são Itagimirim (64) e Itapebi (69). Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são proprietários da terra que cultivam (2.062). Há a ocorrência de outras situações, como a parceria (13), o arrendamento (8) e também as ocupações (123). As propriedades ocupadas significam 4,4% do total de estabelecimentos da Agricultura Familiar na Costa do Descobrimento.

No território estudado, foram registradas terras e comunidades indígenas em três municípios, sendo que, segundo o levantamento da Funasa de 2007, somente as terras de Coroa Vermelha e de Imbiriba, no município de Porto Seguro foram homologadas, como nos mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** - Povos Indígenas do Território de Identidade Costa do Descobrimento

<b>Povo Indígena</b>	<b>Município</b>	<b>Terra indígena e comunidades</b>	<b>Situação jurídica</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>População</b>
Tupinambá	Belmonte	Terra indígena Tupinambá de Belmonte	Tradicional, sem providência (a identificar) parcialmente Sub Judice	---	---
Pataxó	Belmonte	Comunidade Patiburí	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub Judice	---	74
Pataxó	Porto Seguro	Terra indígena Monte Pascoal	Tradicional, parcialmente regularizada (em	*75.000	---



<b>Povo Indígena</b>	<b>Município</b>	<b>Terra indígena e comunidades</b>	<b>Situação jurídica</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>População</b>
			identificação), Sub Judice		
Pataxó	Porto Seguro	Comunidade Barra Velha	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub Judice	8.627	1.639
Pataxó	Porto Seguro	Comunidade Meio da Mata	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub Judice	---	248
Pataxó	Porto Seguro	Comunidade Boa da Mata	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub Judice	---	873
Pataxó	Porto Seguro	Comunidade Guaxuma	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub Judice	---	190
Pataxó	Porto Seguro	Terra Indígena Imbiriba	Tradicional, regularizada (homologada)	398	312
Pataxó	Porto Seguro	Terra Indígena Coroa Vermelha	Tradicional, regularizada (homologada) a revisar, parcialmente Sub Judice	*1.492	*3.967
Pataxó	Porto Seguro	Terra Indígena de Aldeia Velha	Tradicional, em regularização (em identificação), parcialmente Sub Judice	2.500	636
Pataxó	Santa Cruz Cabralia	Terra Indígena Coroa Vermelha	Tradicional, regularizada (homologada), a revisar, parcialmente Sub Judice	*1.492	*3.967
Pataxó	Santa Cruz Cabralia	Terra Indígena Mata Medonha	Tradicional, regularizada (homologada), a revisar	550	161

Fonte: ANAI-BA/Funasa, 2007.

Nota: (\*) Área e população distribuídas entre dois ou mais municípios.

## 1.6 Aspectos Demográficos

O Território dispõe de uma grande diversidade cultural, apresentando grupos de assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Entre os anos de 2000 e 2010 o Território de Identidade apresentou um crescimento da população, de 1,6% a.a. Segundo o Censo Demográfico de 2010, sua população era de 343.188 mil habitantes, sendo que, os maiores números se concentram no município de Porto Seguro com 37,0% da população total (126.770 habitantes). Eunápolis vem em segundo lugar com 100.196 habitantes, o equivalente a 29,2% do total. Os outros seis municípios variavam entre 8,3% e 2,1% da porcentagem populacional. É interessante notarmos que dessas cifras 79,7% residem no meio urbano e 20,3% no ambiente rural, chegando a superar a grau de urbanização do estado, que é de 72,1%. Em sua distribuição por gênero, 50,2% era de homens e 49,8% de mulheres (IBGE, 2010).

Os dados da **Tabela 3** apresentam a distribuição populacional urbana e rural, além da quantidade total de habitantes por município e no Território Identidade da Costa do Descobrimento:

**Tabela 3** - População por município, segundo a localização do domicílio, em 2010 e estimativa para 2015

Municípios	População Urbana	População rural	População total	População prevista para 2015
<b>Belmonte</b>	11.420	10.378	21.798	23.759
<b>Eunápolis</b>	93.413	6.783	100.196	113.191
<b>Guaratinga</b>	10.425	11.740	22.165	22.355
<b>Itabela</b>	21.384	7.006	28.390	31.055
<b>Itagimirim</b>	5.649	1.461	7.110	7.351
<b>Itapebi</b>	8.268	2.227	10.495	10.882
<b>Porto Seguro</b>	104.078	22.851	126.770	145.431
<b>Santa Cruz</b>	19.002	7.262	26.264	28.226
<b>Cabrália</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>273.711</b>	<b>69.542</b>	<b>343.188</b>	<b>382.250</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Ao observarmos a **Tabela 4** é notória a diferença entre os índices demográficos urbanos e rurais, sendo praticamente todos os municípios concentram a sua massa populacional nas áreas urbanas. O processo de evasão do campo pode ser explicado por conta da expansão da monocultura e da pecuária nas áreas agricultáveis, causando assim o desemprego, e a pouca oportunidade de acesso à terra aos pequenos agricultores.

## **1.7 Cultura**

### **1.7.1 Povos e Comunidades Tradicionais**

#### ***Ciganos***

As comunidades tradicionais de ciganos são encontradas em todos os 8 municípios que compõem o Território de Identidade da Costa do Descobrimento. Sabe-se que são povos cujos hábitos introspectivos os tornam distantes da vida em comunidade no município. Não existem políticas públicas destinadas a essas populações (PTDRS, 2011, p. 20).

#### ***Pescadores e marisqueiras***

A organização representativa dos pescadores no território se faz através das colônias de pesca. Segundo a Lei Federal nº 11.699, de 2008, as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores foram reconhecidas como órgãos de classe do trabalhador artesanal. Para tanto, cabe a tais entidades a defesa dos direitos e interesses da classe dentro ou fora da sua jurisdição (PTDRS, 2011, p. 20).

Segundo a redação do PTDRS, em visita realizada para a elaboração do mesmo, foi identificado que a maioria das embarcações utilizadas no manejo da pesca encontrava-se sucateada. Foi constatado também que boa parte dos pescadores dependem da parceria com terceiros tanto para o aluguel do barco quanto na interceptação para revenda do pescado, além da falta de infraestrutura para recepção, conservação e beneficiamento do produto, o que o torna passivo de atravessadores e chegando encarecido e, possivelmente, de má qualidade nas mãos do consumidor (PTDRS, 2011, p. 21)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> As informações extraídas do PTDRS são referentes ao território de identidade Extremo Sul, cuja área no ano 2011 abrangia os atuais territórios de identidade Extremo Sul e Costa do Descobrimento. Logo, por conta da não

No território da Costa do Descobrimento foram identificadas colônias e associações de pescadores e aquicultores nos municípios de Belmonte, Itapebi, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Há ainda uma associação de marisqueiras no município de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, que cuidam da coleta, beneficiamento, conservação e da venda de mariscos.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em dois municípios, estimando um universo de três colônias e uma associação de pescadores artesanais. De acordo com o Projeto GeografAR e CDA (2012), não foram identificadas comunidades remanescentes quilombolas neste território.

### *Indígenas*

No Território de Identidade Costa do Descobrimento, em específico, foram identificadas aldeias da comunidade Pataxó em Porto Seguro, Belmonte e Santa Cruz Cabrália, e Tupinambá em Belmonte. Esses povos indígenas vêm pautando e buscando garantir o seu espaço na sociedade, lutando pelos seus direitos dentro dos pilares da sua identidade tendo como luta central a homologação das terras.

Presentes no território nacional desde períodos anteriores à colonização, as populações indígenas sofreram significativas baixas durante o processo de colonização referente a guerras, doenças trazidas pelos não indígenas, pela imposição de novos costumes. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foram estimados em 3 milhões a população indígena em 1500, já no ano de 2010 foram registrados apenas 817.962, ou seja apenas 0,26 da população do ano da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, marco do “Descobrimento do Brasil”. Desses números a região nordeste conta com 25,5%, em que a maior porção de indígenas se concentram no estado da Bahia (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2016).

Em relação ao território de Identidade Costa do Descobrimento, a população indígena apesar de acompanhar as perdas do processo histórico nacional, obteve um crescimento razoável nas últimas décadas. Um levantamento mais específico realizado pelo IBGE sobre os povos indígenas tendo como referência os anos de 1991, 2000 e 2010 é

---

obtenção de dados específicos referente aos municípios do território de identidade Costa do Descobrimento, as informações coletadas que dizem das condições de infraestrutura para o manejo da pesca, se referem aos municípios dos dois territórios.

possível termos uma ideia do crescimento da população em uma margem alcance de 19 anos, conforme é mostrado na **Tabela 4**.

*Tabela 4 - Proporção da população indígena em relação aos índices do Estado da Bahia e do Território de Identidade Costa do Descobrimento entre nos anos de 1991, 2000 e 2010*

<b>Indígenas em relação à população total (%)</b>			
<b>Unidade Territorial</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Bahia	0,1	0,5	0,4
Costa do Descobrimento	1,6	1,7	3,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, Resultado da mostra de cálculos da SEI.

Através da observação dos dados da tabela 5 é possível notar que os índices de crescimento da população indígena do Território de Identidade Costa do Descobrimento superam os níveis do Estado da Bahia. Em relação aos municípios com maior quantidade de indígenas em suas áreas destacam-se o município de Porto Seguro com 5.329 indígenas, ocupando o segundo lugar em relação aos outros municípios do Estado da Bahia, e Santa Cruz Cabralia ocupando o quarto lugar com 3.919 indígenas (IBGE, 2010).

Além das possibilidades do desenvolvimento relacionado ao cultivo da terra e extração de recursos naturais, uma atividade que desponta e pode favorecer os grupos organizados se dá com o crescimento das atividades turísticas no território. Comunidades indígenas como a de Barra Velha, nas proximidades do povoado Caraíva onde foi instalado um centro comunitário voltado para o atendimento ao turista. Outro exemplo é o da comunidade de Coroa Vermelha, entre os municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, que se debruçou sobre a produção de artesanato (SEI, 2008, pág. 41).

## **1.8 AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO**

Este plano é um instrumento estratégico que norteará os projetos e as ações do Território Costa do Descobrimento em sua trajetória durante os próximos dez anos. O seu conteúdo expressa a realidade do território, materializada em interesses, desafios, potenciais e perspectivas, e, principalmente nas condições materiais e socioculturais. O desenvolvimento desejado e planejado pela população requererá esforços sistemáticos dos atores da sociedade

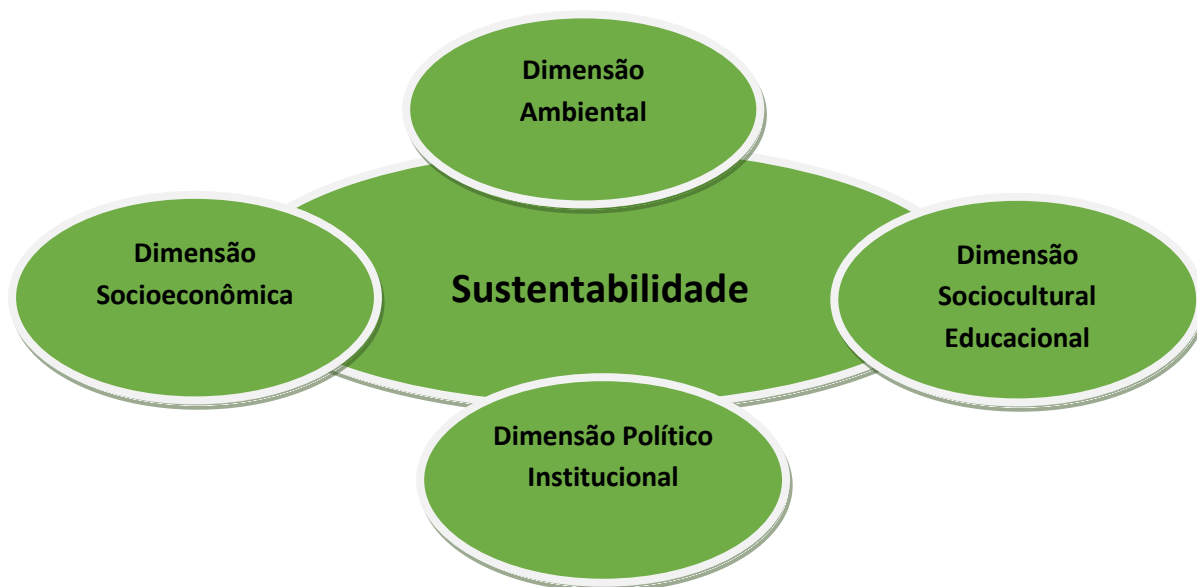
civil organizada e diálogos contínuos com os órgãos e agentes públicos para transformar em políticas que atendam aos interesses coletivos. Portanto, é necessário definir os desafios e as potencialidades a partir das dimensões centrais sob as quais o modelo de desenvolvimento será pautado.

### **1.8.1 Que desenvolvimento queremos?**

Quando se aborda a questão do desenvolvimento, principalmente em se tratando de definir estratégias para promover a melhoria da qualidade de vida das populações e do ambiente que constitui o território, é necessário ter claro em que perspectiva e princípios os processos sociais, políticos, econômicos e culturais serão conduzidos. Desse modo, para o presente plano o eixo norteador será a sustentabilidade, considerando especialmente as variáveis ambientais em seus desafios atuais no que diz respeito ao uso e preservação dos recursos naturais. Este referencial mostra-se como uma baliza para a busca do equilíbrio das relações entre as diferentes dimensões, processos e atores do desenvolvimento.

É importante considerar ainda que para o território construir uma trajetória de sustentabilidade é necessário equacionar o entrelaçamento entre três dimensões básicas. As relações entre os projetos e políticas econômicas e o uso do ambiente precisam demonstrar viabilidade. O crescimento econômico na sua interação com a dimensão social precisa priorizar a busca pela equidade. Por fim, o entrelaçamento entre o social e o ambiental deve ter como referência a tolerância e o respeito. A sustentabilidade é uma ideia que orienta as populações humanas a mudar comportamentos que estabelecem correlação direta entre crescimento econômico e degradação do meio ambiente.

A figura abaixo apresenta as quatro dimensões em torno das quais serão organizadas e analisadas as potencialidades e os desafios do Território Costa do Descobrimento na construção do desenvolvimento. São elas: ambiental, socioeconômica, sociocultural educacional e político institucional. A seguir o texto caracterizará os principais elementos do território em cada uma dessas dimensões. Destaca-se que diversas questões trazidas estão presentes em debates nos espaços de gestão do território, tais como a construção do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, as conferências de Assistência Técnica Rural – ATER, de Mulheres, de Juventude, de Saúde etc., as reuniões plenárias do colegiado territorial, entre outros.



Fonte: PNDRS, 2014.

### **1.8.2 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA**

Neste item caracteriza-se a organização social e econômica do território Costa do Descobrimento, segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. E apresenta também os desafios existentes para serem enfrentados no sentido de superá-los e/ou transformá-los.

Um segmento com atuação expressiva no território que dá densidade ao tecido social e são fundamental para o desenvolvimento rural são os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Frente dos Trabalhadores Livres – FTL, Movimento de Luta pela Terra – MLT, União de Resistência Camponesa – URC, Movimento dos Trabalhadores Independentes – MTI e Movimento de Resistência Camponesa – MRC. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF também são organizações sociais mobilizadoras de grupos de trabalhadores rurais em busca de terra para viver. Além disso, existem outros grupos organizados em associações independentes que atuam na luta por terra no território. Essa presença também está relacionada à estrutura fundiária altamente concentrada, em que grande parte das terras é ocupada para o cultivo da monocultura de eucalipto. Tal contexto tem estimulado o

surgimento de muitos conflitos fundiários como resultado das pressões e resistências por mudanças na distribuição das terras.

Três dos oito municípios do território são costeiros e este fator torna a atividade turística de lazer algo relevante para as economias locais, especialmente em Porto Seguro. Este município passou por um impulso na atividade turística durante a década de 1990 a partir de investimentos públicos. Isso tornou a cidade um destino nacional e internacional para milhares de turistas durante o ano. Por causa da sua localização privilegiada no eixo da BR 101 e da presença de empresas de segmentos variados, o turismo de negócio se destaca no município de Eunápolis.

O Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, atualizou o seu mapa em Julho de 2016 e estabeleceu que apenas Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro fazem parte do mapa do turismo na Bahia. O município de Porto Seguro permanece como destino central da Costa, ou seja, principal destino que tem a atividade turística consolidada. Até esta última atualização o município de Belmonte também fazia parte do mapa turístico baiano. Já Santa Cruz Cabrália e Eunápolis são definidos como destinos periféricos considerando a proximidade territorial, o que facilita o fornecimento de mão-de-obra, produtos destinados a atender os turistas tais como atrativos naturais, culturais e de infraestrutura. A Costa do Descobrimento tem ainda o turismo cultural, turismo ético, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo religioso e turismo ecológico como alguns segmentos desenvolvidos na região. As potencialidades são os patrimônios históricos culturais a partir da história da colonização do Brasil e os atrativos naturais.

A presença do mar nestes municípios também possibilita o desenvolvimento da pesca, principalmente as práticas artesanais que garantem a sobrevivência de centenas de famílias. Além dos três municípios costeiros, a atividade pesqueira é desenvolvida por trabalhadores do município de Itapebi, cuja fonte é o Rio Jequitinhonha. A aquicultura também é uma atividade desenvolvida em todos os municípios do território. Porém, os aquicultores de Belmonte têm encontrado dificuldade para desenvolver a atividade por não estarem assistidos pela estrutura de assistência técnica (Bahia Pesca) existente no Território Costa do Descobrimento. Por definição do Estado da Bahia o município é assistido pela estrutura disponível em Canavieiras. Em consequência, os trabalhadores não tem conseguido participar dos editais e chamadas públicas por estarem em um território e receberem assistência técnica de outro território (Litoral Sul). Por se tratar de uma cadeia produtiva



relevante para o Território Costa do Descobrimento, entende-se ser fundamental a inclusão de Belmonte na área de assistência técnica da Bahia Pesca existente neste território.

A produção agrícola familiar é um setor que precisa ser pensado com muita atenção, por causa da sua importância social, cultural e econômica. Em torno da agricultura familiar giram modos próprios de vida, permanência das famílias e das gerações mais jovens no campo, geração de emprego e renda e produção de alimentos para a sociedade. Neste sentido, a existência da agricultura familiar já é um potencial para o território, que demanda esforços para o seu fortalecimento. Estratégias e ações precisam ser implementadas para enfrentar alguns desafios: dificuldade para acessar as diversas linhas de crédito junto às instituições financeiras. Organização dos processos e de espaços de comercialização. Acesso aos mercados institucionais, principalmente pela dificuldade de tirar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. O processo organizacional dos agricultores familiares também se constitui em um desafio, já que é comum a dificuldade para se organizarem em associações e mantê-las funcionando regularmente e cumprindo o seu papel. Atender as demandas específicas dos subgrupos no interior da agricultura familiar na área de crédito e assistência técnica tais como jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais. De um modo geral, a ATER é um dos principais gargalos para a agricultura familiar, pois as políticas existentes são insuficientes e de pouca eficácia.

Como este plano tem um enfoque rural bastante acentuado, é importante mencionar nesta dimensão as principais atividades produtivas agropecuárias existentes nos municípios do território. Essa identificação permitirá ao território definir quais cadeias produtivas nessa dará prioridade. No Quadro 2 são mostradas 22 atividades agropecuárias existentes nos municípios do Território Costa do Descobrimento.

*Quadro 2 – Principais atividades agropecuárias desenvolvidas nos municípios do Território Costa do Descobrimento*

<b>Produção</b>	<b>Belmonte</b>	<b>Eunápolis</b>	<b>Guaratinga</b>	<b>Itabela</b>	<b>Itagimirim</b>	<b>Itapebi</b>	<b>Porto Seguro</b>	<b>Santa Cruz Cabralia</b>
Café	X	X	X	X	X	X	X	X
Mandioca	X	X	X	X	X	X	X	X
Fruticultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Cana-de-açúcar	X							
Pesca e	X	X	X	X	X	X	X	X

Produção	Belmonte	Eunápolis	Guaratinga	Itabela	Itagimirim	Itapebi	Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália
aquicultura								
Silvicultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Bovinocultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Suinocultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Caprinocultura	X	X	X		X		X	
Pimenta do reino	X	X	X	X	X	X	X	X
Apicultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Equicultura							X	
Horticultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Heveicultura	X						X	
Avicultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Ovinocultura	X	X					X	X
Cacaicultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Bananicultura	X	X	X	X	X	X	X	X
Dendê	X	X	X	X	X	X	X	X
Piaçava	X	X	X	X	X	X	X	X
Coco da Bahia	X	X	X	X	X	X	X	X
Urucum	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria a partir de dados empíricos.

É importante destacar que o PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: a) “Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar”; b) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional”.

No quadro abaixo (Quadro 3) são identificados os principais desafios e potencialidades referentes à dimensão socioeconômica.

*Quadro 3 - Desafios e potencialidades na dimensão socioeconômica*

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Modelo de produção insustentável com base na prática indiscriminada de uso de agrotóxicos, além de uso de energia de alto custo para a produção agrícola, e práticas de cultivo e criação que levam a graves problemas ambientais.	- Esforços para construir iniciativas de produção sustentável e agroecológica como quintais produtivos, casa de sementes e viveiros de plantas nativas.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
- Ausência de política de ATER pública, gratuita e continuada, com redução de técnicos nas instituições executoras, tendo como uma de suas consequências o uso ineficiente do crédito rural.	- Presença das cadeias produtivas da bovinocultura, da pesca artesanal, da apicultura, do café, da mandioca, do abacaxi.
- Precariedade no processamento e beneficiamento da produção agrícola familiar.	- A existência de atrativos turísticos e equipamentos sociais que favorecem a prática do ecoturismo, do turismo cultural, turismo étnico, turismo de lazer e turismo de eventos.
- Problemas gerais de comercialização da produção da agricultura familiar com forte presença dos atravessadores, deficiência ou ausência de logística para realização de feiras e dificuldades de escoamento da produção.	- Existência de alguns espaços incipientes de comercialização para a agricultura familiar no território.
- Nível de organização insuficiente dos agricultores familiares tanto no âmbito da produção quanto da comercialização, acentuada pelo descrédito no associativismo e cooperativismo.	- Existência das associações comunitárias.
- Dificuldades (inadimplência, burocracia, entre outros) para os agricultores acessarem as linhas de crédito existentes;	- Atuação dos movimentos sociais de luta pelo acesso a terra;
- Problemas dos agricultores em atender às exigências para o acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE);	- Existência de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar e apoio a agricultura familiar (PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II) e outros programas como o Luz para Todos.
- A concentração fundiária que dificulta o acesso à terra e gera conflitos agrários;	- Programas do Bahia Produtiva que estão incentivando as cadeias produtivas do território;
- ATER insuficiente ou inexistente para cadeias produtivas importantes tais como: piscicultura, café, pecuária, mel, mandioca, abacaxi etc.	- Presença de órgãos promotores e organismos não governamentais executoras de ATER e das Bases de Serviços de Comercialização.
- Baixo nível organizacional na esfera produtiva de grupos de mulheres e de jovens;	
- Precariedade de algumas rodovias que	

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
cortam os municípios do território.	

Fonte: Elaboração própria a partir material produzido nas oficinas participativas

### 1.8.3 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL

O território é culturalmente diverso em decorrência do processo histórico de ocupação. Essa característica constitui um potencial na medida em que os diversos segmentos sociais e grupos consigam dialogar e construir projetos que atendam aos interesses coletivos.

A presença de povos indígenas, pescadores, marisqueiras, quilombolas e ciganos demonstram a diversidade sociocultural que se materializa nas práticas específicas de produção material, traços identitários e modos de reprodução social de cada grupo. Deve-se registrar a existência dos grupos indígenas que habitam o território muito antes do início da colonização europeia.

É importante registrar também que o desenvolvimento econômico do território seguiu um modelo altamente predatório, que se intensificou a partir da construção da BR 101 com a exploração madeireira, seguida pela pecuária extensiva e chegando ao predomínio da monocultura de eucalipto. Isso instituiu uma espécie de *modus operandi* que acabou se tornando uma característica sociocultural de como se pensa, age e planeja o desenvolvimento da região.

Na atualidade a gestão do território ainda é realizada predominantemente por grupos e segmentos ligados ao mundo rural. No entanto, a estratégia de desenvolvimento territorial abrange também as cidades. Neste sentido, para que as políticas territoriais sejam integradoras, um desafio a ser enfrentado é o envolvimento dos segmentos urbanos nos processos de gestão social do território.

Da mesma forma, o segmento do agronegócio (produtores de eucalipto e de café, pecuária bovina etc.) é um ator relevante no diálogo para a construção e implementação de políticas territoriais que contemplem a dinamização econômica, o uso da terra, a gestão dos recursos hídricos e das florestas.

Por fim, é importante registrar a necessidade de desenvolver programas de formação continuada para a população com a finalidade de levar à compreensão e à participação da/na política de desenvolvimento territorial.

Os desafios e potenciais abaixo estão em consonância com os objetivos do PPA 2016-2019, que são: a) “Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária”; b) “Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar”; c) “Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo”.

*Quadro 4 - Desafios e potencialidades na dimensão sociocultural e educacional*

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
❖ <i>Nos aspectos sociais e da saúde existem desafios no território relacionados as seguintes questões gerais:</i>	❖ <i>Nos aspectos sociais e da saúde destacam-se as seguintes potencialidades gerais:</i>
- inexistência, insuficiência e/ou precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específicos, hospitais de níveis secundários e terciários, serviços do SAMU, unidades de saúde, equipamentos sociais (CREAS, CAPs...), e aterros sanitários.	- Existência de políticas públicas importantes como o SUS, Brasil Sorridente, Programa Saúde da Família;
- deficiência, insuficiência, precarização e/ou falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas social, de saúde e saneamento ambiental.	- As políticas de saúde no território são compatíveis com o sistema SUS, existem Conselhos de Saúde, projetos específicos de promoção da saúde e política de saúde mental.
- Ausência e insuficiência de programas específicos para o enfrentamento de problemas graves relacionados a gravidez na adolescência, tratamento de dependentes químicos e álcool, hanseníase, tuberculose, HIV, doenças do aparelho circulatório, hipertensão, cardiopatia e diabetes.	❖ <i>Nos aspectos educacionais e culturais destacam-se as seguintes potencialidades gerais:</i>

- Ausência de políticas e infraestruturas públicas para atender a menores infratores e população de rua;	- Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNE, FNDE, PMEs, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado.
- Elevados índices de violência, envolvendo principalmente os jovens pobres e levando muitos deles à morte;	- Melhoria, ainda que lenta e oscilante, dos indicadores do IDEB nos municípios do território.
- Violência contra a mulher;	- A diversidade cultural do território, especialmente pela existência de grupos etnicamente diferenciados.
- Grande distância para a população de alguns municípios (Belmonte, Guaratinga e Itapebi) acessarem determinados serviços de saúde.	- As escolas que oferecem cursos técnicos.  - Valorização e otimização das bibliotecas, arca das letras e museus.
❖ <i>Nos aspectos educacionais e culturais existem desafios no território relacionados as seguintes questões gerais:</i>	- Apoio socioinstitucional aos coletivos de arte e cultura popular
- inexistência, insuficiência e/ou precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo e transporte escolar.	
- Deficiência, insuficiência, precarização e/ou falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas de educação e cultura, que se refletem em problemas de evasão escolar alta, reduzido número de matrículas de educação infantil, uso de drogas e violência nas escolas.	
- Falta de dotação orçamentária nas Prefeituras Municipais para promover a cultura local.	
- Falta de programas de inclusão digital, considerando que é uma área fundamental para todos os campos da vida social e individual na atualidade.	
- Falta de iniciativas voltadas para o incentivo à leitura, artes e cultura.	

Fonte: Elaboração própria a partir material produzido nas oficinas participativas.

#### **1.8.4 DIMENSÃO AMBIENTAL**

A região já foi uma área de domínio exclusivo da Mata Atlântica, até pouco mais de 50 anos. Essa vegetação foi devastada de forma intensiva a partir da construção da BR 101. A Mata foi dizimada para abastecer as serrarias, cujas áreas foram substituídas por pastagens e por culturas de subsistência. A agricultura foi uma das principais fontes de renda da região. Seus solos ricos após a derrubada da floresta propiciavam colheitas generosas. A pecuária foi desenvolvida de forma extensiva e ainda hoje é uma das principais atividades econômicas, porém, com a perda gradativa de importância como ocorreu com a agricultura de subsistência, ambas sendo substituídas pela monocultura do eucalipto (PTDRS, 2011, p. 17).

Hoje, na região, uma grande preocupação ambiental é a prática da monocultura do eucalipto que vem nas últimas duas décadas provocando desemprego no campo e substituição da produção agrícola e pecuária. Além disso, empurra grande contingente da população rural para as periferias das cidades, especialmente as de maior porte, gerando todos os tipos de mazelas características dos grandes centros urbanos do país como violência, favelização, miséria, entre outros (PTDRS, 2011, p. 17/18).

Cabe destacar ainda o problema que alguns municípios do território começaram a enfrentar a partir do segundo semestre de 2015 que é a escassez de água. A produção agrícola sentiu imediatamente os efeitos do longo período de estiagem, bem como a falta de água para uso humano em algumas cidades como Guaratinga e Eunápolis. Considerando que essa região, inserida no bioma Mata Atlântica, sempre foi abundante em água e atingiu uma situação de seca é uma preocupação que precisa ser debatida por todos os segmentos do território para buscar soluções ao problema e mudanças comportamentais imediatas. Destaca-se a situação crítica do Rio Buranhém que necessita de ações urgentes de revitalização.

Soma-se ao quadro de degradação ambiental os efeitos do uso indiscriminado de agrotóxicos na produção agropecuária, contaminando as terras e as águas, diminuindo drasticamente a qualidade ambiental. Diante disso, um potencial que está posto é a produção agroecológica. Desenvolver processos educativos bem como políticas de incentivo – crédito e ATER específicos, infraestrutura – para que os segmentos produtivos possam adotar essa prática de produção considerada mais integrada e respeitosa com o meio ambiente e sustentável.

Nesta dimensão, duas outras áreas de preocupação para as quais devem ser planejadas ações contínuas de intervenção são a proteção das Áreas de Preservação Permanente – APPs, de acordo com o estabelecido na Lei Nº 12.651/2012, e a recuperação de nascentes de córregos e rios. Em geral, a degradação dessas áreas é causada pelas atividades agropecuárias que não respeitam as condições necessárias para reprodução dos recursos naturais renováveis.

Do ponto de vista da proteção ambiental existem importantes Unidades de Conservação – UCs e Terras Indígenas – TI que cumprem importante papel de conservar áreas de Mata Atlântica.

O município de Porto Seguro possui 25 Unidades de Conservação (UCs). São dois parques nacionais (Pau Brasil e Monte Pascoal), o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, o Parque Municipal Marinho Recife de Fora, a Área de Proteção Ambiental (APA) Caraíva Trancoso e 18 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Além disso, parte da APA Coroa Vermelha e da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau também estão no território do município. Ao todo, essas áreas protegem 92.553 hectares no município. (CONDESC; FLORAM, 2016, p. 71).

Nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte existem um total de 10 áreas indígenas, que totaliza aproximadamente 77.645 hectares. As principais atividades desenvolvidas por essas populações indígenas são a agropecuária, o artesanato e o turismo. Um aspecto a ser destacado são os conflitos fundiários entre índios, proprietários de terras e Estado em torno da demarcação e/ou ampliação de terras indígenas.

O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece o seguinte objetivo estratégico que dialoga com essa dimensão: a) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional”.

No quadro a seguir são identificados os principais desafios e potencialidades na dimensão ambiental.

*Quadro 5 - Desafios e potencialidades na dimensão ambiental*

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
- Existência de problemas ambientais que afetam:	- Remanescentes de riquezas naturais do Bioma Mata Atlântica;



<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
a) os solos: uso indiscriminado de agrotóxicos; lixões a céu aberto;	- Criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
b) as águas - assoreamento dos rios, destruição de matas ciliares, localização de lixão próximo a cursos d'água e presença de resíduos de agrotóxicos nas águas superficiais;	- A Existência do Comitê de Bacias Hidrográficas e as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente;
c) a fauna e a flora - extinção de espécies animais e vegetais, desmatamento, ocupação e atividades produtivas em áreas de preservação permanente.	- Sensibilização para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo e à produção agroecológica.
- Destinação inadequada de resíduos sólidos;	- Existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho;	- A existência das unidades de conservação e das terras indígenas.
- Fragilidade dos órgãos competentes na fiscalização das unidades de conservação e das atividades que impactam negativamente o meio ambiente;	- O Zoneamento Ecológico Econômico estadual;
- Impactos negativos da monocultura de eucalipto na qualidade e quantidade da água, nos solos, na vegetação e nas espécies animais;	- Elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica;
- Inexistência de Plano de Saneamento Ambiental nos municípios;	
- Longos períodos de estiagens nos últimos anos (2015 e 2016);	
- O funcionamento efetivo do Comitê de Bacia Hidrográfica;	
- Revisão do controle de vazão da água pela Barragem de Itapebi;	

Fonte: Elaboração própria a partir material produzido nas oficinas participativas.

### **1.8.5 DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL**

A análise dessa dimensão leva em conta o propósito de constituir uma esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais. Por isso, é preciso avaliar as estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos do território para compreender as relações entre as políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governança territorial.

No Território Costa do Descobrimento existe um conjunto de órgãos do poder público que representam um enorme potencial para compor este arranjo político institucional. Diante desse potencial o grande desafio é envolver e articular essas instituições na política territorial.

Um primeiro desafio fundamental nesse âmbito é aproximar as Prefeituras Municipais e as Câmaras de Vereadores dos espaços de participação e de gestão do território. Fazendo os governantes locais compreenderem e assumirem a política territorial em seus atos administrativos e de gestão dos interesses públicos, consequentemente o território e a estratégia territorial se fortalecerão.

Uma instituição que já é resultado do esforço das prefeituras se tornarem mais fortes e atuantes é o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Costa do Descobrimento – CONDESC. Por sua natureza, o consórcio tem a capacidade potencial de aglutinar os municípios e motivá-los a se inserirem na agenda territorial. Além disso, o consórcio pode desenvolver e coordenar projetos e programas de abrangência e interesse territorial.

As universidades são um potencial que pode oferecer uma colaboração expressiva ao território. A presença desse ativo intelectual pode fortalecer o desenvolvimento territorial a partir de três perspectivas: a) na medida em que houver compromisso e inserção institucional nas instâncias territoriais de gestão social; b) professores e pesquisadores desenvolverem pesquisas voltadas para compreender a realidade territorial e encontrar soluções aos problemas locais; c) trabalhar o itinerário formativo dos estudantes numa perspectiva que faça a conexão entre os saberes acadêmicos e a realidade social na qual a universidade está inserida. Neste sentido, é fundamental que as quatro instituições públicas existentes no território (o Instituto Federal da Bahia tem dois campus instalados, sendo um em Eunápolis e outro em Porto Seguro, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB funciona em Eunápolis e

no ano de 2014 iniciou o funcionamento de um campus da Universidade Federal do Sul da Bahia em Porto Seguro) estejam inseridas nos espaços de debate, planejamento e desenvolvimento de políticas para o território.

Da esfera federal temos ainda a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC que está presente em cinco dos oito municípios do território (Eunápolis, Guaratinga, Belmonte, Itapebi, Itabela), e atua nos “segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau” (Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/>. Acesso em 24/07/2016). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA com unidade em Eunápolis e Porto Seguro, tem atribuições de fiscalizar, zelar pela qualidade ambiental e cuidar pelo cumprimento da política ambiental brasileira. Outro órgão ambiental federal é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio que responde pela gestão das unidades de conservação federais. O Ministério Público Federal – MPF também está sediado em Eunápolis e tem a importante missão de cuidar dos interesses coletivos.

Alguns órgãos estaduais que podem oferecer contribuições relevantes ao território são: o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, pois “tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima” (INEMA, 2016); o Ministério Público do Estado da Bahia que se ocupa de cuidar dos interesses sociais e individuais assegurados nos instrumentos jurídicos existentes no país; e o Núcleo Regional de Educação – NRE27 que está instalado em Eunápolis. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI está sediada em Eunápolis e responde pela coordenação e execução da política indigenista do governo federal, trabalhando para “proteger e promover os direitos dos povos indígenas” ([www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br). Acesso em 25/07/2016).

Deve ser mencionada também a estrutura implantada em 2015 pelo governo estadual que é o Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar – SETAF, que reúne diversos programas e órgãos voltados para a promoção do desenvolvimento rural. Conforme o próprio nome sugere, a atuação dessa estrutura é territorial.

Neste item foram destacadas as instituições públicas capazes de participar da constituição de um arranjo político institucional territorial. Entretanto, tem-se que mencionar

que as organizações da sociedade civil existentes no território, em suas variadas formas (associações, cooperativas, ONGs, entidades de classe etc), e que foram evidenciadas na dimensão socioeconômica, devem integrar este arranjo a partir dos seus papéis e capacidades.

Portanto, para a constituição desse arranjo político institucional, o território conta com órgãos das esferas federal e estadual das áreas da justiça, meio ambiente, educação, produção científica, entre outras, que somam atribuições de fiscalização, execução de políticas públicas e zelo pelo estado democrático de direito.

*Quadro 6 - Desafios e potencialidades na dimensão político institucional*

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
- Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas.	- Funcionamento e fortalecimento das instâncias do Colegiado Territorial, tais como plenária, o Comitê de Mulheres, as Câmaras Temáticas
- Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial, bem como falta de articulação entre eles.	- Compromisso e participação efetiva de diversos coletivos organizados do território, com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias.
- Fragilidade de algumas instituições públicas, resultando em baixo nível de envolvimento no acompanhamento de projetos territoriais.	- A presença de quatro instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Insuficiente empoderamento da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos e ações no território.	- A presença de órgãos da administração pública federal e estadual de diversas áreas.
- Falta de envolvimento das equipes técnicas locais na elaboração de projetos de amplitude territorial.	- A estrutura física e os recursos humanos do Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar - SETAF.
- Falta de assessoria técnica contratada para dar suporte contínuo às ações territoriais.	- A atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Costa do Descobrimento – CONDESC.
- Insuficiente capacidade institucional instalada no território para a gestão de políticas públicas.	- A participação de representações territoriais em instâncias e atividades das políticas estaduais.
- A falta de atuação efetiva dos conselhos	

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
municipais existentes;	
- Ausência de articulação entre órgãos públicos em torno das ações da política territorial;	
- Predominância da participação da sociedade civil nas instâncias territoriais e fraca articulação entre as representações do poder público e as da sociedade civil.	

Fonte: Elaboração própria a partir de material produzido nas oficinas participativas.

## **CAPÍTULO 2**

### **MATRIZ DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS**

#### **2.1 Introdução**

O presente instrumento estratégico organizou o seu planejamento a partir de 4 (quatro) eixos de desenvolvimento que aglutinam um conjunto amplo de variáveis sociais, econômicas, culturais e políticas. Os quatro eixos são: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso à Terra; Infraestrutura e Serviços Públicos; Organização Social e Cidadania.

O primeiro eixo se expressa na articulação de processos de natureza econômica e ambiental que se reflitam no decorrer do tempo em melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tanto são necessárias medidas que aumentem a renda das famílias, que proporcionem trabalho digno, alimentação saudável e de qualidade, moradia e condições de saneamento adequadas, entre outras questões importantes. Portanto, as melhorias econômicas não são o fim em si mesmo, mas o caminho para criar oportunidades de trabalho e renda para as pessoas – homens, mulheres, jovens – em suas especificidades, ou seja, para se atender ao que neste eixo está posto como inclusão socioprodutiva.

É importante destacar que os avanços econômicos não podem transcorrer sem a preocupação e esforços equivalentes com a qualidade ambiental, que, além do próprio direito das espécies animais e vegetais viverem no/do planeta, também assegura a qualidade de vida das populações humanas. Mais ainda, sabemos que temos enormes passivos ambientais (danos diversos, escassez, destruição, degradação etc) que precisam ser enfrentados com seriedade e mudança de comportamentos nas relações e usos que estabelecemos com a terra, a água, as florestas e demais riquezas que denominamos de ‘recursos naturais’. Neste sentido, o desafio da sustentabilidade que é tomado neste plano como um tema transversal surge aqui com toda a sua relevância como diretriz para estabelecer os parâmetros da relação entre o crescimento econômico e o uso dos recursos naturais.

Grande parte das nossas necessidades são supridas a partir daquilo que é produzido pela/na terra, ainda que muitos itens passem por processos tecnológicos posteriores. Assim, a terra deve ser entendida como elemento central no processo de desenvolvimento, mesmo para as populações urbanas que não vivem do contato direto com ela, pois os efeitos da maior ou menor concentração fundiária ou do seu uso e destinação, só para citar dois exemplos, certamente produzem reflexos também na cidade. Portanto, a distribuição da terra, os usos que fazemos dela, o que se produz nela...são decisões que, cada vez mais, requerem intervenções coletivas. Assim, uma questão que se coloca com muita ênfase é a reforma agrária e a promoção de políticas que deem condições das populações do campo viverem na e

da terra. Neste sentido, a política territorial tem potencial para se constituir no espaço de produção de consenso social sobre a questão da terra. No Território de Identidade Costa do Descobrimento a monocultura de eucalipto produziu profunda alteração na estrutura fundiária nas últimas duas décadas e índices elevados de concentração da terra. Decorrente desse contexto aparecem problemas sociais e ambientais que desafiam e afetam a população do território, especialmente os mais pobres. Neste território também é importante implementar ações no que diz respeito à identificação e destinação das terras públicas.

A política de desenvolvimento territorial tem como um dos seus principais pilares o envolvimento direto da sociedade, por meio dos grupos organizados, nos assuntos de interesse coletivo. Assim, a descentralização das políticas e das decisões, a participação, a gestão e o controle social ganham destaque como princípios norteadores das ações. Entretanto, estes mecanismos democráticos pressupõem processos contínuos de organização social para a promoção da cidadania. É importante criar um tecido social denso e coeso capaz de encaminhar os assuntos coletivos e assumir o protagonismo na promoção do desenvolvimento do território. Está muito evidente neste plano a necessidade de investir na qualificação das organizações sociais, especialmente da agricultura familiar. Além disso, se faz necessário fortalecer a cultura do associativismo e do cooperativismo.

O último eixo se refere à Infraestrutura e Serviços Públicos. Este setor passa por políticas públicas e recursos financeiros e humanos que forneçam ao território as condições estruturais para que as atividades econômicas cresçam, ofereçam melhores condições de vida à população e maior cuidado com o meio ambiente. No contexto do Território Costa do Descobrimento as principais demandas deste eixo estão nos campos da saúde, educação, acesso e transporte, produção agropecuária da agricultura familiar e atendimento a grupos e populações socialmente mais vulneráveis. A relevância deste item é que as representações territoriais puderam estabelecer as prioridades e as principais demandas que no campo dos serviços públicos e da infraestrutura poderão elevar as condições gerais de vida da população, ao lado dos demais itens. É importante observar que as ações deste eixo dependem mais fortemente da atuação do Estado. Desse modo, são importantes tanto o comprometimento dos agentes públicos com o que foi definido pelo território, quanto o acompanhamento das execuções, por parte da população.

A seguir são apresentados os objetivos, as estratégias e as metas para cada eixo de desenvolvimento, o que no conjunto dos quatro eixos constituem a matriz territorial de desenvolvimento. Para fins de melhor entendimento e coerência para cada eixo foram estabelecidas algumas estratégias e para cada estratégia as respectivas metas.

## 2.2 Eixos de Desenvolvimento

### 2.2.1 Desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Realizar a recuperação de áreas degradadas (APPs; matas ciliares; entorno das cidades; nascentes de rios etc.)</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Construir um viveiro de mudas	<b>Meta 1</b> – Produzir 160.000 mudas de Essências Florestais e Frutíferas, durante 4 anos, em 8 municípios, beneficiando 800 Produtores Rurais;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Realizar a recuperação de áreas degradadas (APPs; matas ciliares; entorno das cidades; nascentes de rios etc.)</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Organizar um banco de sementes	<b>Meta 1</b> – Produção de 320 kg de semente de Essências Florestais, Frutíferas, Hortaliças e Grãos, durante 4 anos em 8 municípios, beneficiando 800 Produtores Rurais;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Realizar a recuperação de áreas degradadas (APPs; matas ciliares; entorno das cidades; nascentes de rios etc.)</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Implantar o projeto produtores de florestas	<b>Meta 1</b> – Recomposição de 160 ha de Matas Ciliares e Nascentes dos Afluentes das Bacias Hidrográficas existentes do Território (FRABES), beneficiando 343.347 habitantes.
	<b>Meta 2</b> – Inserir 240 famílias no projeto produtor de floresta em três anos.
	<b>Meta 3</b> – Fortalecer a parceria do território com a Biofábrica para fornecer 1 milhão de mudas por ano para os agricultores familiares
	<b>Meta 4</b> – Implantar um corredor ecológico entre Belmonte e Santa Cruz Cabralia

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Elaborar e implantar o Plano de Saneamento Ambiental</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Desenvolver uma metodologia	<b>Meta 1</b> – Promover a qualificação de 80 profissionais, inseridos nas entidades socioinstitucionais dos diversos setores ligados à temática socioambiental, contemplando os 8 municípios do Território, visando a elaboração e implantação de um Plano de Saneamento Ambiental



democrática e participativa para a elaboração e implantação do Plano de Saneamento Ambiental Territorial	Territorial com validade de 20 anos
--	-------------------------------------

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Desenvolver a cultura do uso dos recursos naturais de forma sustentável</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Criar o período do Defeso do caranguejo	<b>Meta 1</b> – Promover 3 ações municipais de educação ambiental, com a finalidade da realização de cadastramentos de 300 pescadores para que os mesmos não utilizem de pesca no período do defeso nos municípios do Território

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Revitalizar todas as Bacias Hidrográficas do território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Realizar um estudo sobre as bacias, mensurando à capacidade hídrica que o território dispõe para os próximos anos	<b>Meta 1</b> – Confeccionar um diagnóstico socioeconômico ambiental do Território, com elaboração de um prognóstico contendo ações para os próximos 20 anos, visando melhorar a qualidade da água fornecida pela Embasa no território, para a universalização de toda sua população
	<b>Meta 2</b> – Promover a revitalização das Bacias Hidrográficas do FRABES, através da recomposição florestal de 320 ha de Matas Ciliares e Nascentes dos seus Afluentes

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Revitalizar todas as Bacias Hidrográficas do território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Articular a Sociedade Civil organizada e os representantes das esferas políticas, visando um melhor	<b>Meta 1</b> – Universalização dos quatro componentes do sistema de saneamento básico (Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem das Águas Fluviais e Coleta e Reciclagem dos resíduos sólidos), visando o atendimento de 343.347 habitantes, abrangendo os oito municípios do território
	<b>Meta 2</b> – Acompanhar e monitorar a gestão da vazão da água da Usina de Itapebi para liberar maior volume de água em relação ao volume atual
	<b>Meta 3</b> – Implantar o projeto produtores de água com 80 agricultores

aproveitamento quantitativo e qualitativo das águas, bem como a universalização da mesma abrangendo toda a população do Território	familiares nos 08 municípios do território
	<b>Meta 4</b> – Realizar o desassoreamento do Rio Jequitinhonha no trajeto de Itapebi a Belmonte, compreendendo 100 Km
	<b>Meta 5</b> – Instalar infraestrutura de Saneamento Ambiental para destinação adequada de todo o esgoto sanitário gerado pela população ribeirinha, beneficiando 5.000 habitantes do território
	<b>Meta 6:</b> Instalar 8.000 cisternas em todo o território

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 5:</b> <i>Estimular a produção agroecológica no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Elaborar projetos de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Sistema PAIS), nos municípios do Território.	<b>Meta 1</b> – Implantar 800 ha de produção Agroecológica, durante 4 anos nos 8 municípios do Território, em benefício de 800 Produtores da Agricultura Familiar, atingindo diretamente à 3.200 pessoas.
	<b>Meta 2</b> – Fomentar e qualificar a produção agroecológica contemplando 800 produtores, com destaque para a criação de pequenos animais, quintais produtivos, extrativismo e beneficiamento de produtos agrícolas
	<b>Meta 3</b> – Promover a implantação de projetos voltados para a cafeicultura e pimenta-do-reino, em benefício de 800 produtores em todo território

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 6:</b> <i>Estimular a produção de hortaliças e flores</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Elaborar projetos de horticultura e floricultura tropical, para os produtores da Agricultura Familiar do Território.	<b>Meta 1</b> – Implantar 160 projetos de horticultura e floricultura tropical, em 160ha, beneficiando 160 produtores da agricultura familiar no período de 4 anos.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Construir uma	<b>Meta 1</b> – Realizar 32 feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, durante 4 anos no Território, beneficiando 400 famílias de

Feira Itinerante da Agricultura Familiar e Economia Solidária	produtores rurais.
	<b>Meta 2</b> – Realizar um Festival Gastronômico Itinerante anual com a culinária da Agricultura Familiar

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Exigir dos gestores municipais cumprimento da legislação em vigor no que diz respeito ao PNAE e PAA	<b>Meta 1</b> – Promover a organização socioprodutiva de 2.000 Produtores da Agricultura Familiar, existentes no Território para se beneficiarem do PNAE e PAA nos seus 8 municípios.
	<b>Meta 2</b> – Incentivar as boas práticas agrícolas e de beneficiamento da produção para a inclusão dos produtos locais de 2.000 agricultores familiares nos programas PAA e PNAE.

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Ampliar e investir os/nos serviços de ATER	<b>Meta 1</b> – Otimizar espaços educacionais (escolas técnicas, CEPLAC e CONDESC) para pesquisa e formação de técnicos voltados para o atendimento as demandas da agricultura familiar
	<b>Meta 2</b> – Instrumentalizar 40 Técnicos em Agropecuária para desenvolverem atividades inerentes à Assistência Técnica com conhecimento de Políticas Públicas socioeducativas e socioculturais, em benefício de 1.200 Produtores da Agricultura Familiar do Território
	<b>Meta 3</b> – Promover a qualificação de 320 profissionais da área de Agropecuária, visando à formação de técnicos com conhecimento teóricos, voltados para o desenvolvimento das práticas agrônômicas, tendo como referencial a Casa Família Agrícola, no período de 4 anos
	<b>Meta 4</b> – Formar 320 técnicos com fundamentações cooperativas e associativistas e de economia solidária, pelo período de 4 anos, visando atuação dos mesmos nos 8 municípios do Território
	<b>Meta 5</b> – Oferecer ATER específica para os jovens, atingindo 50% dos jovens rurais em cinco anos
	<b>Meta 6</b> – Oferecer ATER específica para as mulheres, atingindo 50% das mulheres rurais em cinco anos

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
---

<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 4:</b> Assessorar e qualificar os trabalhadores da agricultura familiar nas práticas de associativismo e cooperativismo	<b>Meta 1</b> – Implantar 04 (quatro) Centrais de Abastecimento e Comercialização da produção da Agricultura Familiar, em benefício de 2.000 produtores do Território.
	<b>Meta 2</b> – Promover a criação, publicização e impressão de um selo/marca indentitária/código de barras dos produtos da Agricultura Familiar do Território, visando a agregação de valor para a produção oriunda de 100 entidades sociais
	<b>Meta 3</b> – Implantar 16 sistemas de abastecimento de água visando atender às necessidades de 800 famílias da agricultura familiar
	<b>Meta 4</b> – Patrocinar o pagamento de benefícios pecuniários, através do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, regulamentado pela Legislação dos 8 municípios, visando o atendimento de 800 produtores do projeto produtores de água
	<b>Meta 5</b> – Desenvolver práticas agropecuárias, replicadas de projetos exitosos existentes em cada um dos 8 municípios do Território, buscando o aperfeiçoamento dos mesmos, tendo em vista o aumento de 100% da produção e produtividade das cadeias agropecuárias existentes

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 5:</b> Industrializar a produção das cadeias produtivas da agricultura familiar, promovendo a agregação de valor e a ampliação do acesso ao trabalho na agroindústria	<b>Meta 1</b> – Articular com a sociedade civil organizada e esferas políticas a criação de 01 (um) APL por município, visando a agroindustrialização e o beneficiamento dos produtos da Agricultura Familiar, em benefício de 800 famílias do Território.
	<b>Meta 2</b> – Elaborar e implantar 24 projetos de agroindustrialização de mandioca e fruticultura tropical, voltados para o beneficiamento da produção e agregação de valor dos seus produtos, em benefício de 3.200 pessoas da agricultura familiar do território.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 6:</b> Promover a	<b>Meta 1</b> – Credenciar as 08 Secretarias Municipais de Agricultura, NEDET, SETAF, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável -

regularização das DAPs para Assentamentos, Pré-Assentamentos e Acampamentos	CMDRS e Cooperativas e Centrais de Associações Rurais para emissão de DAPs.
	<b>Meta 2</b> – Promover a criação de 8 (oito) Cooperativas para a emissão dos DAPs nos municípios do Território da Costa do Descobrimento.
	<b>Meta 3</b> – Promover a qualificação das Instituições cadastradas para o fornecimento da DAP, mediante senha de acesso institucional e intransferível, com renovação a cada dois (2) anos, de acordo com cada instituição cadastrada e mediante comprovação de atividade com a agricultura familiar.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento</i>	
<b>Estratégia 7:</b> Criar um selo verde com a marca identitária do território para evidenciar a qualidade dos produtos da agricultura familiar	<b>Meta 1</b> – Desenvolver uma metodologia para estudo e qualificação de 100% das famílias de produtores da AF do Território
	<b>Meta 2</b> – Promover qualificação de 2.700 produtores para as boas práticas sanitárias, de cultivo, coleta e estoque e distribuição dos produtos in natura ou processados oriundos da AF, levando a valorização socioeconômica dos produtores do Território

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 8:</b> <i>Fortalecer o processo organizacional dos catadores de material reciclável</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Identificar os catadores de materiais recicláveis nos 08 municípios do Território	<b>Meta 1</b> – Realizar um diagnóstico socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis do Território
	<b>Meta 2</b> – Fomentar a criação de 07 cooperativas para melhorar a renda e as condições de trabalho dos catadores e assim promover o desenvolvimento econômico e socioambiental das famílias.
	<b>Meta 3</b> – Apoiar o fortalecimento de uma cooperativa existente no Município de Eunápolis que atua com materiais recicláveis, visando a ampliação da mesma para a constituição de uma cooperativa central dos catadores do território.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 9:</b> <i>Elaborar os Planos Diretores Municipais com foco no ordenamento do uso solo</i>	
<b>Estratégia 1:</b>	<b>Meta 1</b> – Promover a organização socioinstitucional de 08 núcleos

Elaborar e regulamentar mecanismos de comando e controle, que possibilitem a preservação dos recursos naturais, bem como a fiscalização do uso e ocupação do solo, tendo como prioridade a função social da propriedade	executivos e 08 conselhos técnicos nos 08 municípios do território, mediante à qualificação dos seus membros, e dos fiscais municipais para a utilização adequada da legislação ambiental, voltada para o ordenamento do uso do solo.
---	---

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 10:</b> <i>Fortalecer atividades econômicas do território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Promover a inserção socioprodutiva das mulheres rurais	<b>Meta 1</b> – Implantar o Projeto Cozinha Escola para atender a 320 mulheres da agricultura familiar dos 08 municípios do Território.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 10:</b> <i>Fortalecer atividades econômicas do território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Ampliar as atividades turísticas	<b>Meta 1</b> – Desenvolver ações de valorização dos projetos turísticos nos 8 (oito) municípios do Território de acordo com as suas características e potencialidades.
	<b>Meta 2</b> – Promover o resgate da cultura regional para a dinamização do turismo em suas potencialidades nos 8 municípios do Território
	<b>Meta 3</b> – Fomentar a qualificação dos atores diretamente voltados ao desenvolvimento do turismo nos 8 municípios do Território.
	<b>Meta 4</b> – Patrocinar um inventário voltado para a identificação dos potenciais do turismo rural nos 08 municípios, em parceria com as instituições de ensino superior do território e PRODETUR Nacional.
	<b>Meta 5</b> – Fomentar a sistematização pedagógica manualizada contendo um acervo técnico em ecoturismo.
	<b>Meta 6</b> – Implantar 8 hotéis fazendas com caráter socioinclusivo e socioambiental em benefício de 8 entidades sociais rurais do território.
	<b>Meta 7</b> – Incentivar a atividade turística das Unidades de Conservação existentes no território e criação de um roteiro turístico territorial.

<b>Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva</b>	
<b>Objetivo 10:</b> <i>Fortalecer atividades econômicas do território</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Incentivar a manutenção da pesca artesanal no Território	<b>Meta 1</b> – Fortalecer a produção artesanal com a realização de 03 cursos anuais sobre a higienização e o beneficiamento da produção de pescados
	<b>Meta 2</b> – Promover 03 treinamentos anuais sobre navegação e manutenção de motores em barcos pesqueiros



## 2.2.2 Estrutura fundiária e acesso à terra

<b>Eixo: Estrutura Fundiária e Acesso a Terra</b>	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover a regularização fundiária no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Desenvolver um programa de organização do meio rural e de regularização das propriedades rurais, visando garantir a regularização e a titulação das terras	<b>Meta 1</b> – Implantar projeto de aceleração da documentação de todas as terras desapropriadas pelo INCRA, no período de um ano.
	<b>Meta 2</b> – Criar uma unidade avançada do INCRA no Território.
	<b>Meta 3</b> – Criar uma unidade do CDA no SETAF do Território.
	<b>Meta 4</b> – Identificar 100% das áreas devolutas no Território.
	<b>Meta 5</b> – Regularizar 100% das áreas urbanas, rurais e indígenas que competem ao CDA em 5 (cinco) anos.
	<b>Meta 6</b> – Regularizar 100% das áreas urbanas e rurais que competem ao INCRA em 5 (cinco) anos.
	<b>Meta 7</b> – Regularizar 100% das áreas devolutas do Território em 2 (dois) anos, destinando para a reforma agrária as áreas que se encontram em uso indevido.
	<b>Meta 8</b> – Ampliar em 100% a capacidade de atuação do INCRA no território.
	<b>Meta 9</b> – Construir moradias, em até 2 anos, para todos os beneficiados que receberem áreas públicas.
	<b>Meta 10</b> – Oferecer acompanhamento técnico em 100% das áreas públicas que forem destinadas para a Reforma Agrária.
	<b>Meta 11</b> – Regularizar a partir da negociação entre Estado, movimentos sociais, empresas do ramo de papel e celulose, o cumprimento do acordo das fazendas destinadas à reforma agrária principalmente as áreas de conflito no território.
	<b>Meta 12</b> – Regularizar e titular todas as terras das comunidades e povos tradicionais em 5 (cinco) anos.

<b>Eixo: Estrutura Fundiária e Acesso a Terra</b>	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Promover o acesso ao crédito rural</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Fortalecer e apoiar as estratégias produtivas do trabalhador rural, principalmente as mulheres e jovens por meio da oferta de linha de crédito específico	<b>Meta 1</b> – Implantar, a partir de negociação com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a dupla titularidade da DAP para todos os grupos em 06 (seis) meses.
	<b>Meta 2</b> – Criar um Fórum de Crédito para realizar a aproximação entre bancos, cooperativas e organizações que operam as linhas de crédito para a agricultura familiar.
	<b>Meta 3</b> – Universalizar e facilitar o acesso aos créditos rurais, buscando reduzir em 30% a documentação exigida pelas linhas de crédito.
	<b>Meta 4</b> – Confeccionar, emitir e renovar 100% das DAPs para os produtores rurais, pescadores artesanais e comunidades tradicionais em até 3 (três) anos.
	<b>Meta 5</b> – Acompanhar e monitorar a aplicação de 100% do crédito rural



	liberado em 5 (cinco) anos.
--	-----------------------------

<b>Eixo: Estrutura Fundiária e Acesso à Terra</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Implementar e ampliar os projetos do PROINF</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Apoiar a implantação de infraestruturas produtivas, de abastecimento e escoamento da produção	<b>Meta 1</b> – Implantar infraestruturas que visam a apoiar a produção, o beneficiamento e a comercialização, fortalecendo a autonomia e inserção na economia rural, especialmente das mulheres e jovens rurais.
	<b>Meta 2</b> – Construir armazéns, pequenos frigoríficos e abatedouros, a partir de arranjos interinstitucionais (governos federal, municipal e estadual).
	<b>Meta 3</b> – Viabilizar o PROINF via Consórcio de Desenvolvimento Territorial, SETAF, Cooperativas, Associações e Estado.

<b>Eixo: Estrutura Fundiária e Acesso a Terra</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Estimular a adoção de modelos de produção ambientalmente sustentáveis e de alimentos saudáveis</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Incentivar a produção orgânica	<b>Meta 1</b> – Mapear os produtores de orgânicos e criar um selo de identificação da produção orgânica no Território.
	<b>Meta 2</b> – Realizar 8 cursos sobre técnica de produção orgânica no Território no prazo de 1 ano, sendo 1 curso em cada município.
	<b>Meta 3</b> – Promover feiras trimestrais de produção orgânica em cada município do Território.

<b>Eixo: Estrutura Fundiária e Acesso a Terra</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Estimular a adoção de modelos de produção ambientalmente sustentáveis e de alimentos saudáveis</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Incentivar a política de transição para uma produção agroecológica	<b>Meta 1</b> – Reduzir em 70% o uso de agrotóxicos no território
	<b>Meta 2</b> – Desenvolver um plano de formação sobre os riscos e danos do uso de agrotóxicos, através de cursos, seminários, oficinas, palestras e confecção de materiais em parceria com as comunidades acadêmicas.

### 2.2.3 Formação cidadã e organização social

Eixo: Formação Cidadã e Organização Social	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Ampliar a formação de técnicos agrícolas para qualificar a produção agrícola familiar</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Criar escolas técnicas agrícolas para capacitação e qualificação de trabalhadores rurais	<b>Meta 1</b> – Criar 8 escolas agrícolas de tempo integral em 6 anos.
	<b>Meta 2</b> – Contratação e formação continuada de professores locais, em parceria com as instituições de ensino superior, com capacitação compatível para atuação nas escolas técnicas agrícolas.
	<b>Meta 3</b> – Garantir que todos os cursos oferecidos nas escolas técnicas abordem os fundamentos cooperativistas, associativistas, agroecologia e da economia solidária, respeitando a vocação econômica local.
	<b>Meta 4</b> – Garantir que todos os cursos oferecidos nas escolas técnicas tratem a saúde das populações do campo, povos e comunidades tradicionais, LGBT.
	<b>Meta 5</b> – Articular a implantação de escolas de tempo integral nas zonas rurais do território, em parceria com instituições públicas e privadas
	<b>Meta 6</b> – Criar em cada escola um programa permanente de educação ambiental.
	<b>Meta 7</b> – Capacitar todos os profissionais da educação para realizar discussão sobre relações étnico-raciais, gêneros e sexualidade.
	<b>Meta 8</b> – Diminuir o êxodo rural em pelo menos 50%, principalmente entre os jovens.
	<b>Meta 9</b> – Ofertar em todas as escolas a Educação de Jovens e Adultos e o Educação de Jovens e Adultos técnico em todos os turnos.
	<b>Meta 10</b> – Ofertar regularmente cursos livres para jovens e idosos
	<b>Meta 11</b> – Articular parcerias com comunidades acadêmicas, centros de pesquisa públicas e privadas para oferecer formação aos profissionais das escolas técnicas

Eixo: Formação Cidadã e Organização Social	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar a oferta de formação superior para as populações rurais</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior existentes no território.	<b>Meta 1</b> – Oferecer um curso de graduação em Educação do Campo
	<b>Meta 2</b> – Oferecer um curso para formação de Engenheiro Agrônomo
	<b>Meta 3</b> – Oferecer um curso de Agroecologia
	<b>Meta 4</b> – Oferecer um curso de Engenharia de Pesca
	<b>Meta 5</b> – Oferecer um curso de Engenharia Florestal
	<b>Meta 6</b> – Oferecer um curso de Agrimensura
	<b>Meta 7</b> – Incluir no currículo dos cursos de licenciatura existentes no território a disciplina de educação no campo
	<b>Meta 8</b> – Realizar levantamento das demandas de cursos de acordo com a realidade de cada município

	<b>Meta 9</b> – Implantar Colégios Universitário em até 2 anos
--	--

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Articular as instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Constituir um Arranjo Produtivo Local Educacional (APLE)	<b>Meta 1</b> – Implantar uma APLE (Arranjo Produtivo Local Educacional) através da articulação com as entidades parceiras (NEDET, CONDESC, IFBA, UFSB, UNEB etc.) e instituições públicas e privadas interessadas para integrar ações e projetos
	<b>Meta 2</b> – Reelaborar e implantar o Projeto Usinas Criativas Digitais
	<b>Meta 3</b> – Promover a inclusão socioprodutiva de 800 jovens do Território a partir do Projeto Usinas Digitais

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Fomentar a constituição e a valorização das associações e cooperativas no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Implementar uma central de assessoria às organizações da agricultura familiar e movimentos sociais urbanos	<b>Meta 1</b> – Ampliar os recursos humanos do SETAF com a contratação de oito (8) profissionais específicos para prestar assessoria às organizações da agricultura familiar, sendo um para cada município do território
	<b>Meta 2</b> – Criar um plano de qualificação permanente para as Associações e Cooperativas
	<b>Meta 3</b> – Desenvolver um programa de regularização socioinstitucional das associações existentes
	<b>Meta 4</b> – Constituir uma equipe técnica multidisciplinar para desenvolver um plano contínuo de assessoria para elaboração de projetos

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Fomentar a constituição e a valorização das associações e cooperativas no território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Realizar mapeamento de associações do território	<b>Meta 1</b> – Criar uma chamada pública anual para empresas ou instituições de ensino para fazer o levantamento de todos os profissionais que trabalham com artesanatos, fabricação de doces e da economia solidária e criativa.
	<b>Meta 2</b> – Incentivar a criação de cooperativas de artesanatos, doces e produtos oriundos da agricultura familiar, economia criativa e solidária.
	<b>Meta 3</b> – Apoiar as organizações diversas que atuam na defesa dos Direitos Humanos, do meio ambiente e dos animais.
	<b>Meta 4</b> – Prospectar editais e chamadas públicas para captação de recursos e viabilização de projetos a serem implementados.

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Fomentar a constituição e a valorização das associações e cooperativas no território</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Promover o reconhecimento e a ampliação de espaços de atuação dos grupos e organizações da área da cultura	<b>Meta 1</b> – Apoiar a elaboração de projetos para captar recursos financeiros para a área cultural (capoeira, filarmônica, artesanato, literatura, cordel, cultura indígena, samba de roda, samba de couro, reizado, comunidades de terreiro etc.).
	<b>Meta 2</b> – Garantir que os editais públicos contemplem as demandas do território.
	<b>Meta 3</b> – Ampliar em 50% as chamadas públicas visando atender a diversidade cultural do território.
	<b>Meta 4</b> – Assessorar todos os grupos culturais interessados em se organizar em associação ou cooperativa.
	<b>Meta 5</b> – Organizar espaços municipais para valorização da cultura local.
	<b>Meta 6</b> – Identificar e divulgar todos os pontos de cultura existentes no território, durante o primeiro ano de vigência do PTDSS.
	<b>Meta 7</b> – Promover a valorização e a visibilidade dos grupos culturais e movimentos sociais por meio de intercâmbios, encontros e atividades culturais.
	<b>Meta 8</b> – Identificar os espaços públicos ociosos para serem utilizados pelos grupos culturais
	<b>Meta 9</b> – Realizar um fórum anual para o fortalecimento dos movimentos culturais
	<b>Meta 10</b> – Reativar ou criar espaços públicos municipais de cineteatro
	<b>Meta 11</b> – Realizar a cada dois anos, em parceria com as instituições públicas e privadas, um curso de curta duração para formação de agente cultural
	<b>Meta 12</b> – Promover ações educacionais para desenvolver e fortalecer a cultura cívica, o respeito às diferenças e o cuidado pelo patrimônio público e cultural.
	<b>Meta 13</b> – Implantar uma Biblioteca Pública Central em um município que seja integrada com as demais bibliotecas municipais do território.

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 5:</b> <i>Promover a identificação e o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Realizar ações territoriais de aproximação e apoio aos povos	<b>Meta 1</b> – Fazer um mapeamento de todas as comunidades e povos tradicionais através das instituições de ensino.
	<b>Meta 2</b> – Prever no Plano de Ação atividades específicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais.
	<b>Meta 3</b> – Fortalecer o funcionamento da Câmara Temática de

e comunidades tradicionais	Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas com a representação dos diversos grupos
	<b>Meta 4</b> – Acompanhar e assessorar os grupos organizados para acessarem as políticas direcionadas a essas populações

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 6:</b> <i>Ampliar o diálogo com a sociedade civil e entidades diversas do território para fortalecer o colegiado</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Fortalecer o funcionamento das instâncias do colegiado	<b>Meta 1</b> – Promover um fórum anual sobre a política territorial junto ao colegiado e sociedade em geral
	<b>Meta 2</b> – Investir no funcionamento efetivo das Câmaras Temáticas em dois anos, sendo que, no primeiro ano de vigência do PTDSS, serão priorizadas as seguintes Câmaras: Agricultura e Reforma Agrária, Juventude, Turismo, Cultura, Saúde, Comunicação, Segurança e Gênero; no segundo ano de vigência as Câmaras Temáticas: LGBT, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Econômico, Educação, Direitos Humanos e Comunidades Tradicionais.
	<b>Meta 3</b> – Constituir um núcleo de acompanhamento e avaliação do PTDSS a partir do primeiro ano de sua vigência
	<b>Meta 4</b> – Articular: Ministério Público, a OAB, Vara da Infância e da Juventude, Comissão de Direitos Humanos, Conselho Tutelar, Conselho de Direito a participarem do Colegiado Territorial
	<b>Meta 5</b> – Articular as instituições de ensino superior públicas e privadas no colegiado territorial

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 7:</b> <i>Promover o etnodesenvolvimento dos diversos grupos existentes no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Desenvolver ações de combate à violência contra as mulheres	<b>Meta 1</b> – Estabelecer parcerias com os meios de comunicação locais visando desenvolver programas educativos de combate à violência contra as mulheres
	<b>Meta 2</b> – Desenvolver ações (palestras, campanhas, publicidade) de conscientização dos homens sobre a violência contra a mulher
	<b>Meta 3</b> – Implantar três Delegacias de Atendimento à Mulher: Uma via consórcio entre os municípios de Itabela e Guaratinga; uma em Eunápolis; uma via consórcio entre Itapebi, Itagimirim, Belmonte.
	<b>Meta 4</b> – Lançar um edital anual (Estado) com recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de combate à violência contra a mulher

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>
<b>Objetivo 7:</b> <i>Promover o etnodesenvolvimento dos diversos grupos existentes no território</i>

<b>Estratégia 2:</b> Desenvolver ações de promoção da autonomia das mulheres urbanas por meio da geração de trabalho e renda	<b>Meta 1</b> – Apoiar as instituições da sociedade civil e movimentos sociais que tratem das demandas das mulheres urbanas
	<b>Meta 2</b> – Mapear as mulheres urbanas que estão no mercado informal de trabalho
	<b>Meta 3</b> – Assessorar as trabalhadoras urbanas do mercado informal para acessar direitos sociais e políticas públicas
	<b>Meta 4</b> – Apoiar as organizações de mulheres na sua participação na política

## 2.2.4 Infraestrutura e serviços públicos

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover melhorias nas condições de acesso e de transporte no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Recuperar e qualificar estradas e pontes	<b>Meta 1</b> – Recuperar 50% das estradas vicinais até 2018
	<b>Meta 2</b> – Construir e recuperar 50% das pontes existentes em cada município até 2018.
	<b>Meta 3</b> – constituir uma PPP via Consórcio Público para captar recursos em parceria com usuários tais como, fazendeiros de grande, médio e/ou pequeno porte, assim como parceria com as prefeituras dos 8 municípios, Governos estadual e federal e empresas/parceiros internacionais para a manutenção das estradas e pontes.
	<b>Meta 4</b> – Implantar uma usina de asfalto no território, através do Consórcio Público até 2018.

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover melhorias nas condições de acesso e de transporte no território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Aumentar a capacidade dos serviços de transporte aéreo	<b>Meta 1</b> – Reformar e colocar em operação o Aeroporto de Belmonte para vôos domésticos regulares, até 2019, por meio de parceria entre o poder público (federal, estadual e municipal), promovendo o desenvolvimento do turismo, o crescimento de emprego e renda.

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos	
<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover melhorias nas condições de acesso e de transporte no território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> <b>Investir na qualidade dos serviços dos transportes terrestres e hidroviários</b>	<b>Meta 1</b> – Integrar a rede de transportes terrestres entre os municípios
	<b>Meta 2</b> – Disponibilizar um maior número de horários de transporte intermunicipal no território
	<b>Meta 3</b> – Ampliar as concessões para empresas de transporte entre os municípios do território
	<b>Meta 4</b> – Abrir concessão para cooperativas de transporte de passageiros
	<b>Meta 5</b> – Realizar a conexão costeira de transportes entre o território Costa do Descobrimento e o Litoral Sul através de integração multimodal, articulando o sistema terrestre com o hidroviário

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Melhorar o	<b>Meta 1</b> – Oferecer serviço de obstetrícia em todos os 8 municípios do território.



serviços oferecidos às mulheres grávidas e seus filhos	<b>Meta 2</b> – Construir um hospital materno-infantil territorial em Itagimirim com extensões municipais até 2018.
--	---

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Promover a saúde da população LGBT	<b>Meta 1</b> – Garantir o funcionamento da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT, especialmente através do Programa Mais Médico
	<b>Meta 2</b> – Criar especialização sobre saúde sexual para atendimento à população LGBT.

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Promover a saúde da população Afro brasileira e Indígena	<b>Meta 1</b> – Garantir o funcionamento das Política de Ações Afirmativas para a população negra e indígenas até 2018.
	<b>Meta 2</b> – Realizar campanhas de atenção à saúde da população negra e indígena nos meios de comunicação, nas instituições públicas.
	<b>Meta 3</b> – Criar especialização sobre saúde para o atendimento à população.

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Aumentar a cobertura da atenção básica na zona rural	<b>Meta 1</b> – Construir postos de saúde na zona rural, para atingir 70% de cobertura da área rural até 2018.
	<b>Meta 2</b> – Atender 100% das famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais até 2018
	<b>Meta 3</b> – Aplicar a lei de contrato de agente comunitário em toda e qualquer área com até 50 famílias até setembro 2017.
	<b>Meta 4</b> – Estruturar os serviços de saúde com profissionais e veículos específicos para as famílias do campo até 2019.
	<b>Meta 5</b> – Desenvolver um plano de educação para a saúde com campanhas, palestras, seminários e visitas.

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>
---



<b>Objetivo 2:</b> <i>Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Elevar a qualidade de vida por meio do acesso aos serviços saneamento básico	<b>Meta 1</b> – Implementar em sua totalidade a coleta e o tratamento de esgoto nas 8 cidades do território até 2020.

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Aumentar e melhorar os serviços educacionais oferecidos à população, especialmente das áreas rurais</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Implantar estrutura educacional para acolhimento das crianças	<b>Meta 1</b> – Construir 3 creches na zona rural em cada município no modelo ciranda infantil até 2019

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Aumentar e melhorar os serviços educacionais oferecidos à população, especialmente das áreas rurais</i>	
<b>Estratégia 2:</b> Levar os serviços da educação estadual e federal a todos os municípios do território	<b>Meta 1</b> – Implantar anexos do IFBA em escolas já existentes nos municípios de Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabralia e Belmonte
	<b>Meta 2</b> – Implementar os Colégios Universitários da UFSB em Eunápolis, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Guaratinga, até 2019.
	<b>Meta 3</b> – Implantar políticas de permanência estudantil para 100% dos estudantes até 2017.

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 3:</b> <i>Aumentar e melhorar os serviços educacionais oferecidos à população, especialmente das áreas rurais</i>	
<b>Estratégia 3:</b> Melhorar as	<b>Meta 1</b> – Construir a sede própria da UNEB em Eunápolis e casa universitária até 2018.

condições de trabalho e estudo em instituições existentes	<b>Meta 3</b> – Desenvolver um plano de qualificação (com oficinas e seminários) dos profissionais da educação, pais, alunos e comunidade até 2018.
	<b>Meta 4</b> – Construir e reformar escolas públicas municipais e estaduais beneficiando as áreas urbanas e rurais e povos e comunidades tradicionais até 2020.
	<b>Meta 5</b> – Elaborar um projeto na área de educação para o PROINF 2017.
	<b>Meta 6</b> – Garantir os recursos em tempo hábil para a execução do Programa TOPA. Bem como uma metodologia de uma equipe de monitoramento e avaliação dos seus resultados até 2017.
	<b>Meta 7</b> – Ampliar os programas do SENAR no campo
	<b>Meta 8</b> – Ampliar a oferta de cursos da UNEB – Campus XVIII

<b>Eixo: Formação Cidadã e Organização Social</b>	
<b>Objetivo 4:</b> <i>Institucionalizar o PRONATEC Campo no território</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Garantir recurso anual para as Instituições de Ensino que forem designadas para desenvolver o PRONATEC campo	<b>Meta 1</b> – Ampliar a assistência Técnica continuada na área da educação, através de cursos técnicos e profissionalizantes do PRONATEC e PRONERA, agregando valor aos empreendimentos, trazendo melhoria na qualidade de vida das mulheres do campo também assistência para saúde da mulher do campo, das florestas, das águas, comunidades e povos tradicionais e do urbano.
	<b>Meta 2</b> – Ofertar cursos visando formar anualmente duas turmas de 50 alunos.
	<b>Meta 3</b> – Garantir um quadro efetivo de profissionais em quantidade o suficiente para o bom funcionamento do PRONATEC

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 5:</b> <i>Elevar a qualidade de vida das populações rurais, das águas, das floresta, comunidades e povos tradicional por meio do acesso a serviços básicos e condições de vida digna</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Investir na melhoria das condições de moradia	<b>Meta 1</b> – Ampliar o Programa Nacional de Habitação Rural, construindo 5.000 casas por ano até 2020.
	<b>Meta 2</b> – Ampliar o Programa Luz para Todos utilizando fontes de energias renováveis
	<b>Meta 3</b> – Construir sistemas simplificados de abastecimento de água com poços artesianos, sendo dois por municípios do território

<b>Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	
<b>Objetivo 6:</b> <i>Zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente</i>	
<b>Estratégia 1:</b> Ampliar a Rede de Proteção à criança e ao adolescente	Meta 1 – Implantar um Centro Territorial de Referência de Atendimento ao Menor (CRAM) até 2018
	Meta 2 – Implantar uma Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e Adolescente (DERCA) até 2018
	META-3 implantação do programa do CEU das artes do governo federal até 2017

## **CAPÍTULO 3**

### **GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO**

Este plano tem em seu diagnóstico e horizonte a promoção de um modelo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida para toda a população, especialmente para as mais pobres das áreas rurais, e que assegure a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais. O desenvolvimento proposto neste instrumento utiliza como estratégia a abordagem territorial, ancorando-se na intersectorialidade e integração das políticas públicas e nos mecanismos de participação, controle e gestão social das políticas. Neste sentido, a operacionalização deste plano exigirá dos atores territoriais o estabelecimento de estratégias, sinergias e mecanismos capazes de auxiliar nos processos de execução e monitoramento daquilo que foi construído coletivamente. Assim, se faz necessário realizar um debate em torno dos processos para coordenar o desenvolvimento e fazer a gestão dos instrumentos e objetivos definidos neste PTDSS.

Um instrumento subsequente a este documento é a elaboração de um Plano de Ação. Tecnicamente ele é utilizado para estabelecer detalhadamente as ações necessárias para se alcançar os resultados desejados e resolver problemas. Desse modo, o colegiado territorial precisará construir um plano de ação de forma a organizar minuciosamente os passos a serem trilhados para a execução do PTDSS no horizonte temporal de 10 anos. O Plano de Ação direciona os rumos para que se execute da melhor forma possível o que foi previsto no planejamento estratégico em consonância com as mudanças que vão acontecendo ao longo do tempo, pois há sempre que se considerar que a realidade é dinâmica e está em permanente devir.

Para tornar-se efetivo, este planejamento necessitará desencadear diversos processos de articulação, negociação e, principalmente, maneiras de colocá-lo em prática. Será importante que ao longo dos 10 anos previstos para sua execução se constitua um núcleo contínuo de acompanhamento. Este grupo poderá ser formado por pessoas de variados segmentos, com aprovação dos nomes em plenária do colegiado territorial. Deverá estabelecer uma sistemática de funcionamento com reuniões periódicas. Sua função será a de acompanhar e monitorar a execução do PTDSS, podendo propor ao colegiado estratégias e orientações para o desenvolvimento do plano. Este núcleo de acompanhamento precisará desenvolver uma capacidade estratégica e eficiente de analisar as ações no âmbito do PTDSS e, sobretudo, de oferecer respostas assertivas no sentido de subsidiar tomadas de decisão.

Dentro de um processo sistemático de acompanhamento mais democrático do PTDSS propõe-se uma avaliação semestral por todo o Colegiado Territorial, constando como item de pauta numa plenária ordinária ou extraordinária. Estes dois momentos anuais serão importantes para realizar uma análise ampliada sobre o desenvolvimento do PTDSS, podendo reafirmar os direcionamentos adotados ou então corrigir eventuais dificuldades identificadas. Nestes momentos será fundamental que o núcleo técnico de acompanhamento do plano

apresente informações do seu trabalho, fornecendo subsídios para as análises e tomadas de decisões do colegiado. Além disso, a coordenação do território, juntamente com o Núcleo Diretivo, deverá apresentar nestas duas ocasiões anuais informações concretas sobre esforços e ações realizadas no âmbito da concretização do PTDSS, evidenciando os avanços alcançados e os desafios encontrados. É fundamental este momento coletivo em que todo o colegiado se volta para observar e debater a execução do plano territorial.

Por fim, uma última estratégia será o diálogo e a articulação permanentes com as instâncias municipais e estaduais do poder público, eventualmente envolvendo órgãos federais. Isso porque grande parte dos recursos e da capacidade de execução das metas estabelecidas neste plano está diretamente vinculada às definições do orçamento público, a decisões político-administrativas e às definições de governo. Assim, será fundamental estabelecer um canal permanente de diálogo com os mais variados setores e órgãos do poder público. Não há dúvida de que se trata de ações permanentes no sentido de travar negociações com atores e representantes do poder público em torno dos objetivos, metas e ações traçados para o desenvolvimento territorial. Neste sentido, este plano precisará se transformar no referencial contínuo para se fazer qualquer debate em torno dos interesses coletivos do Território Costa do Descobrimento.

Para que tudo isso que foi proposto anteriormente se concretize em função da implementação do PTDSS do Território de Identidade Costa do Descobrimento e da condução do seu desenvolvimento é essencial o fortalecimento da participação social nas instâncias de gestão do território. Neste sentido, é fundamental elaborar formas de sistematizar as informações bem como fortalecer os mecanismos de democratização e acesso a essas informações.

## REFERÊNCIAS

BAHIA/SEDUR. *Plano de Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Estado da Bahia*. Salvador, SEDUR, 2012.

BAHIA/SDR. *Perfil Sintético dos Territórios de Identidade da Bahia*, Salvador, 2015.

BRASIL/MDA. *Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS)*. Brasília, 2014, 160p.

CANCELA, F. *Notas sobre a História dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia*. Texto elaborado após pesquisa documental e realização de oficina de pesquisa histórica com índios Pataxó. [s.d] Disponível em: <<http://mukamukaupataxo.art.br/Pataxo-do-Extremo-Sul-daBahia>>. Acesso em maio de 2013.

CONDESC; FLORAM. *Diagnóstico Territorial dos Resíduos Sólidos dos Municípios pertencentes ao Condesc*. Estudo Técnico. Eunápolis, 2016.

DANTAS, Marcelo Eduardo. *Geomorfologia da Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia*: Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2000.

MALINA, Léa Lameirinhas. *A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

SAADI, A. *Neotectônica dos tabuleiros litorâneos do sul do estado da Bahia*. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 40, Anais, 1998. v.1, Belo Horizonte, SBG, p. 83.

TERRITÓRIO EXTREMO SUL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)*. Teixeira de Freitas, 2011.

SOUSA, A. C. de. *Ocupação histórica do extremo sul da Bahia*. In: \_\_\_\_\_. Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico. 2006, 293f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 39-110.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6466-bahia-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>

<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo>

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

[www.ceplac.gov.br](http://www.ceplac.gov.br)

**ANEXO I**  
**Tabela de Correspondência: Tema Estratégicos do PPA-P versus**  
**Objetivos do PTDSS**

<b>Temas Estratégicos do PPA-P Estadual</b>	<b>Eixos</b>	<b>Objetivos do PTDSS (Matriz do Capítulo II)</b>
I. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho	Eixo 1	<b>Objetivo 10:</b> Fortalecer atividades econômicas do território
	Eixo 2	<b>Objetivo 3:</b> Implementar e ampliar os projetos do PROINF
II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	Eixo 1	<b>Objetivo 5:</b> Estimular a produção agroecológica no território <b>Objetivo 7:</b> Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no território Costa do Descobrimento
	Eixo 2	<b>Objetivo 2:</b> Promover o acesso ao crédito rural
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades	---	---
IV. Saúde e assistência social	Eixo 4	<b>Objetivo 2:</b> Ampliar os serviços de saúde e de saneamento existentes no território <b>Objetivo 5:</b> Elevar a qualidade de vida das populações rurais, das águas, das floresta, comunidades e povos tradicional por meio do acesso a serviços básicos e condições de vida digna
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte	Eixo 3	<b>Objetivo 1:</b> Ampliar a formação de técnicos agrícolas para qualificar a produção agrícola familiar <b>Objetivo 2:</b> Ampliar a oferta de formação superior para as populações rurais <b>Objetivo 3:</b> Articular as instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa
	Eixo 4	<b>Objetivo 3:</b> Aumentar e melhorar os serviços educacionais oferecidos à população, especialmente das áreas rurais <b>Objetivo 4:</b> Institucionalizar o PRONATEC Campo no território
VI. Segurança pública cidadã	Eixo 4	<b>Objetivo 6:</b> Zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente
VII. Consolidação e diversificação da matriz	Eixo 1	<b>Objetivo 6:</b> Estimular a produção de hortaliças e flores



<b>Temas Estratégicos do PPA-P Estadual</b>	<b>Eixos</b>	<b>Objetivos do PTDSS (Matriz do Capítulo II)</b>
produtiva estadual		
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Eixo 1	<b>Objetivo 2:</b> <i>Elaborar e implantar o Plano de Saneamento Ambiental</i> <b>Objetivo 3:</b> <i>Desenvolver a cultura do uso dos recursos naturais de forma sustentável</i>
	Eixo 4	<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover melhorias nas condições de acesso e de transporte no território</i>
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional	---	---
X. Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Eixo 1	<b>Objetivo 1:</b> <i>Realizar a recuperação de áreas degradadas (APPs; matas ciliares; entorno das cidades; nascentes de rios etc.)</i> <b>Objetivo 4:</b> <i>Revitalizar todas as Bacias Hidrográficas do território</i>
	Eixo 2	<b>Objetivo 4:</b> <i>Estimular a adoção de modelos de produção ambientalmente sustentáveis e de alimentos saudáveis</i>
XI. Mulheres, gênero e diversidade	---	---
XII. Igualdade racial e identidades	Eixo 3	<b>Objetivo 5:</b> <i>Promover a identificação e o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais</i> <b>Objetivo 7:</b> <i>Promover o etnodesenvolvimento dos diversos grupos existentes no território</i>
XIII. Geração, cidadania e direitos humanos	Eixo 3	<b>Objetivo 4:</b> <i>Fomentar a constituição e a valorização das associações e cooperativas no território</i>
XIV. Gestão governamental e governança socioeconômica	Eixo 1	<b>Objetivo 9:</b> <i>Elaborar os Planos Diretores Municipais com foco no ordenamento do uso solo</i>
	Eixo 2	<b>Objetivo 1:</b> <i>Promover a regularização fundiária no território</i>
Outros	Eixo 3	<b>Objetivo 6:</b> <i>Ampliar o diálogo com a sociedade civil e entidades diversas do território para fortalecer o colegiado</i>